



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE MARÇO DE 2013

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Alcino Pinto

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. Deolindo Da Mata

Adllander Matos

Filomena dos Prazeres

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas 15 minutos.

O Plenário concluiu a apreciação conjunta, na especialidade, analisando os orçamentos das instituições da área social, e aprovou, na especialidade e em votação final global, OGE e as GOP para o Ano Económico 2013.

Na apreciação e aprovação, na especialidade, usaram da palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Gabriel Costa) e dos Srs. Ministros do Plano e Finanças (Hélio Almeida), da Saúde e Assuntos Sociais (Leonel Pontes), da Educação, Cultura e Formação (Jorge Bom Jesus), os Srs. Deputados Delfim Neves (PCD), José Viegas (MLSTP/PSD), Jorge Amado (MLSTP/PSD), Filomena

Monteiro (MLSTP/PSD), Edite Salvaterra (PCD), Hélder Costa (MLSTP/PSD), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Filomena Prazeres (PCD), António Ramos (MLSTP/PSD), José Maria Barros (MLSTP/PSD), Albertino Bragança (PCD), Adelino Pires Neto (MDFM/PL), Marçal Lima (MLSTP/PSD), António Barros (MLSTP/PSD), Dionísio Fernandes (MLSTP/PSD), Francisco Rita (PCD) e Ângela Viegas (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 14 horas e 55 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas e 15 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

**Adllander** Costa de **Matos**  
**Alcino** Martinho de Barros **Pinto**  
**Ângela Viegas** Santiago  
**António** da Trindade Afonso **Ramos**  
**António** Neves Sacramento **Barros**  
**António Monteiro** Fernandes  
**Arlindo Barbosa** Semedo  
**Deolindo** Luís da Trindade da **Mata**  
**Dionísio Fernandes** Leopoldino  
**Domingos Monteiro** Fernandes  
**Danilo** Neves **dos Santos**  
**Fernanda** Mendonça de Azevedo **Margato**  
**Filomena** Sebastião Santana **Monteiro** d'Alva  
**Guilherme Octaviano** Viegas dos Ramos  
**Hélder Afonso** da Costa das Neves  
**Higino** Vera Cruz **Will**  
**José** da Graça **Viegas** Santiago  
**Jorge Amado**  
Manuel da Cruz **Marçal Lima**  
**Manuel Martins** Quaresma  
**Silvia** Ambrósio Gil **do Espírito Santo**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Albertino** Homem Sequeira **Bragança**  
**Cipriano** Sousa **Riqueza**  
**Delfim** Santiago das **Neves**  
**Filomena** Maria dos **Prazeres**  
**Francisco** Inácio da Silveira **Rita**  
**Maria** Edite **Salvaterra** Pinto  
**Yurgue-Anatali** da Silva Correia **Francisco**

Movimento Democrático Força da Mudança – Partido Liberal (MDFM/PL):

**Adelino Pires Neto**

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, caros presentes, vamos dar início aos nossos trabalhos e quero aconselhar a todos a tirarem o som dos vossos telemóveis, para não perturbar o desenvolvimento dos nossos trabalhos.

Portanto, peço aos serviços para convidar o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, para tomar o assento na Sala.

*Pausa para entrada dos Membros do Governo.*

Srs. Deputados, recordo-vos que hoje temos que analisar, na especialidade, o sector social e fazermos a votação final global. Porém, como acordámos ontem, na discussão dos sectores económicos e financeiros, haviam propostas de alteração e o Governo ficou, para esta manhã, nos comunicar as propostas de alteração nos quadros e eventualmente em alguns textos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, ontem abordámos uma série de questões e houve muito poucas propostas concretas, relativamente a alocação de algumas verbas que estavam destinadas para umas acções que vão ser retiradas. Daí que alguns Deputados trouxeram também propostas para introduzir hoje. Antes do Sr. Primeiro-Ministro ou do Ministro que for indicado fazer a apresentação das propostas, seria bom saber se há mais outras propostas, para fazer uma única alteração.

O Sr. **Presidente**: — Podemos fazer isso se for a vontade dos Srs. Deputados, mas a conclusão de ontem é que era apenas o Governo que tinha a incumbência de apresentar propostas. Porém, já que estamos em sede de discussão, vamos abrir um espaço para que as Sras. e Srs. Deputados apresentem propostas, antes de ouvirmos em definitivo o Sr. Primeiro-Ministro.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, se levanto a questão é porque estamos a discutir hoje o terceiro bloco, que tem a ver com a área social. Portanto, algumas verbas que vão ser retiradas de algumas acções da área económica podemos alocar para algumas obras sociais. Daí que a minha proposta só pode ter alguma consistência durante o debate da área social. Se começarmos o debate, farei propostas concretas.

O Sr. **Presidente**: — Se entendi bem, Sr. Primeiro-Ministro, o que propõe o Sr. Deputado Delfim Neves é que os acertos sejam feitos no final da discussão da área social. Não sei se o Governo vê alguma inconveniência.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Gabriel Costa): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo submete-se à decisão desta augusta Assembleia.

Simplesmente tínhamos acolhido a preocupação dos Srs. Deputados, relativamente a reafecção de algumas verbas que estão, mormente, consignadas à reparação de alguns edifícios, ou à construção de alguns ministérios. Recordo-me da questão da casa Bachá e procedemos efectivamente, de forma técnica, a arrumação e temos uma proposta a submeter aos Srs. Deputados.

Portanto, o que se fez, tendo em conta as várias preocupações levantadas aqui pelos Srs. Deputados, relativamente ao abastecimento da água em zonas que são cronicamente deficitárias nesta matéria, a luz eléctrica e por aí fora. Era esse resultado que iríamos apresentar, sem contudo pôr em causa as apreciações dos Srs. Deputados relativamente a esta ou aquela área social que iremos discutir.

Se calhar, se me permitirem, o mais judicioso seria efectivamente a apresentação dessa reafecção e depois, ao discutirmos a área social, caso fosse necessário, procederíamos ao mesmo exercício. Estamos cá para isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, percebo perfeitamente a racionalidade e o conteúdo da intervenção do Sr. Deputado Delfim Neves, mas acho que podemos ter, digamos, esse expediente facilitado com essa proposta também do Sr. Primeiro-Ministro. Fazendo essa proposta de reafecção não ficaremos, de maneira nenhuma, inibidos de, no quadro da avaliação que vamos fazer das GOP, da área social e das verbas que estão afectadas para cada uma das medidas, neste sentido poder fazer novas propostas de alteração. Acho que esta proposta pode nos ajudar a equilibrar, a ter uma visão muito mais lata das possíveis reafecções.

Penso que essas duas posições não colidem, porque o objectivo seria no fim, termos essas reafecções de uma forma perfeita, global e harmonizada em relação a todos os sectores.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Deputados, vamos fazer o seguinte: vamos ouvir a proposta que traz o Governo, não a discutimos no sentido de a aprovar, tomamos nota, continuamos a discussão da área social e no fim, em função das várias intervenções, quer o Governo quer os Srs. Deputados, terão a visão global dos ajustes feitos e verão a pertinência deste e daquele ajuste e tomaremos uma posição final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, não tenho qualquer objecção sobre a proposta que lançam, apenas por uma questão de prudência.

Ainda estamos a discutir o Orçamento e, normalmente, as alterações constam no final da discussão, no relatório. Há um risco de o Governo apresentar uma proposta, reafectando verbas para determinadas acções numa determinada localidade e depois haver outras propostas que podem dizer que é mais prioritário, anunciar para a população ouvir que foi reafectada uma verba, por exemplo, para água, energia ou para a estrada e depois haver outra proposta a dizer que não, que essa estrada não é prioritária, mas sim outras acções. Por isso, era bom ouvir e nós próprios aqui fariamos uma análise das acções que são prioritárias e depois faríamos o relatório final com essas reafecções.

É apenas esse risco que há.

O Sr. **Presidente**: — As populações são tão responsáveis como nós e elas saberão avaliar as pertinências das modificações.

Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, indico o Sr. Ministro do Plano e Finanças para apresentar as propostas.

O Sr. **Presidente**: — Quero aproveitar a ocasião para anunciar o tempo. Temos o tempo previsto de 300 minutos, sendo que o Governo tem 95; o ADI, hoje ausente, 95; 78 para o MLSTP/PSD; 27 para o PCD e 5 minutos para o MDFM/PL.

Se faz favor, Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças** (Hélio Almeida): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Relativamente as intervenções e os subsídios que pudemos registar na última sessão parlamentar, sobretudo no que concerne à supressão de alguns projectos, nomeadamente a construção do edifício para o Ministério do Comércio, Indústria e Turismo e as obras de melhoria das instalações do Ministério do Plano e Finanças, acatamos esta recomendação, sendo que, em alternativa e depois de ouvir também os subsídios...

O Sr. **Presidente**: — Desculpe Sr. Ministro, peço a colaboração do Sr. Presidente da 2.<sup>a</sup> Comissão, em especial, e todos os Presidentes e Vice-Presidentes das Comissões, bem como os técnicos de apoio, para anotarem essas propostas de alteração, para facilitarmos o relatório final, após a aprovação do OGE.

O Sr. Ministro pode continuar.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Portanto, vimos aqui algumas questões que foram levantadas, com particular destaque para a reabilitação do mercado Côco-côco, que inicialmente não estava inscrito no projecto do Orçamento. Inscrevemos uma verba de 3 mil milhões para a primeira fase, tendo a plena consciência que provavelmente a intervenção terá que ser noutra nível, mas aguardamos alguns relatórios e pareceres técnicos sobre a matéria.

Um outro elemento também que por lapso não havíamos considerado é a dificuldade que existe na deslocação dos alunos nalgumas localidades, sobretudo as mais longínquas. Optamos também pela afectação de 2 mil milhões de dobras para o Ministério da Educação, no sentido de se proceder a aquisição e reparação dos transportes escolares.

Vimos também a questão da obra na EN3, que vai da capital a Monte Café, e que existe toda a necessidade também de se proceder à substituição da tubagem da água. Aqui optamos também pela inclusão de uma verba modesta de 3 mil milhões de dobras para este projecto, na expectativa de que conseguiremos, eventualmente, obter outro valor, portanto, envolver os nossos parceiros nessa operação, tendo em conta as limitações claras que temos na matéria de afectação de recursos.

Está inscrita no projecto inicial uma verba de 11,8 mil milhões de dobras para a requalificação de pequenos troços de estrada e, tendo em conta que a questão da drenagem da capital e arredores é um assunto que requer particular atenção desta verba, estamos a propor uma redução de 3 mil milhões neste montante, sair de 11,8 mil milhões para 8,8 mil milhões, sendo que canalizaríamos para o sistema de drenagem da cidade capital e arredores 3 mil milhões.

Também nas acções de urgência temos...

O Sr. **Presidente**: — Desculpe Sr. Ministro, a verba que se destina a drenagem sairia de onde?

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Sairia de duas rubricas: 3 mil milhões de requalificação de pequenos troços de estradas e 3 mil milhões sairiam das acções de urgência. Portanto, ao sistema de drenagem da cidade capital e arredores estamos a propor uma afectação de 6 mil milhões de dobras para minimizar a situação.

Outro elemento que optamos também pela inclusão é a reabilitação do centro de saúde de Angolares, onde estamos a afectar uma verba de 400 milhões de dobras, para pelo menos tentarmos minimizar e sai também dessas acções de urgência. Portanto, destas acções estamos a propor uma diminuição de 3,4 mil milhões de dobras.

De momento são estas as alterações que pudemos acolher. Contudo, aproveito esta janela para anunciar que, no âmbito do projecto que foi submetido ao Plenário, está previsto um total de 32 mil milhões de dobras que tem uma aplicação transversal, nomeadamente a energia durável para todos, 12 mil milhões; energia renovável e gestão durável das terras, 10 mil milhões, e projectos de adaptação em meio rural de 10 mil milhões de dobras. Estas verbas têm o financiamento dos nossos parceiros internacionais, o PNUD, e estamos em crer que, num trabalho de coordenação com os poderes locais e regional, conseguiremos identificar as zonas, as localidades que merecem particular atenção e a partir daí acredito que estaremos em condições de minimizar o efeito devastador, que já alguns casos foram levantados aqui pelos Srs. Deputados.

Sr. Presidente, eis o que posso, nesta fase, apresentar e claro que estaremos agora para colher os outros subsídios na área social.

O Sr. **Presidente**: — Pediria ao Sr. Ministro que repetisse a última questão.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Relativamente a algumas questões que foram aqui levantadas, a energia para algumas localidades específicas e a questão da água, em sintonia com o PNUD, conseguimos identificar 32 mil milhões de dobras, que vêm precisamente dar resposta a essas pequenas situações. Estamos a falar de questões inscritas no Programa de Investimento Público, na página 5. Portanto, temos «energia durável para todos», «energia renovável e gestão duradoura das terras» e «projectos de adaptação em meio rural» e a materialização disso passa pela coordenação com os poderes locais e regional, para o estabelecimento de prioridades.

O Sr. **Presidente**: — Há pedidos de esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: De acordo com os acertos feitos ao nível das verbas destinadas ao financiamento de diversas actividades sociais, não poderia deixar de manifestar a minha preocupação aqui – não quero puxar a brasa para a sardinha, mas o certo é que desde o ano 90 que se vem deparando com uma situação bastante caricata. Mesmo tendo sido feito diversos Conselhos de Ministros no Distrito de Cantagalo, em que os diversos primeiros-ministros elegeram como prioridade a resolução do problema da água de Cantagalo, em especial a cidade de Santana, até este momento nada foi feito.

Para este Orçamento se prevê o montante de 4 mil milhões de dobras para água daquele distrito, quando sabemos que, de acordo com um estudo realizado, o que Distrito precisa, para que haja água a correr na cidade de Santana, são 19 mil milhões de dobras. Daí que 4 mil milhões certamente não serviria nem sequer para o arranque da primeira fase do abastecimento de água, portanto, da transformação da água do rio Abade em água potável para que a população possa consumir.

Gostaria de saber, porque não vejo aqui, e o Sr. Ministro tem melhor apreciação do Orçamento que temos aqui, em que lado se poderá encontrar condições para minimizar essa situação.

O Sr. **Presidente**: — Não sei se o Sr. Primeiro-Ministro ou o Governo quer, de imediato, reagir a essa preocupação.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, indico novamente o Sr. Ministro do Plano e Finanças para que dê resposta à preocupação do Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para responder.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Efectivamente na minha última intervenção, por lapso, não mencionei um aspecto que também é de extrema importância. Foram também tecidas aqui algumas considerações, alguns subsídios relativamente às denominações que aparecem para alguns projectos. Esse exercício também foi feito e, especificamente no caso do abastecimento de água a Santana, o que fizemos foi introduzir «fase 1». Contudo, temos a consciência efectivamente da disparidade entre o valor do estudo e do montante, mas estamos a pensar na sua implementação em articulação com essas verbas a que já havia feito referência por parte do PNUD.

O mesmo se aplica à preocupação específica da zona de Santa Catarina, Ribeira Funda, ou seja, todas essas zonas. Vamos fazer os possíveis no sentido de, em articulação com essas verbas que estão a ser disponibilizadas pelo PNUD, efectivamente materializar.

É o esclarecimento que posso oferecer neste momento.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, vamos passar adiante.

Como disse, o Governo fez, na lógica daquilo que foram levantadas como preocupação dos Srs. Deputados ontem, a reafecção de algumas verbas. Porém, acho que, em vez de a adoptarmos, devemos fazer a discussão da área social e, caso haja necessidade de novos ajustes, faremos no final desta área. Nesta ocasião então adoptaríamos o orçamento na especialidade.

Abro desta forma a inscrição para o debate da área social.

*Pausa.*

Convido a Sra. Deputada Filomena Monteiro para uma intervenção na área social.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Tomo a palavra para falar um pouco da área social, enquanto membro da 3.<sup>a</sup> Comissão da Assembleia Nacional e não só, é o ramo que também faço parte, tendo em conta que presto serviços no Ministério da Saúde.

Relativamente a esta área, vou começar a pronunciar-me sobre a Saúde. Todos sabemos qual é a situação da Saúde ao nível do País, não obstante ter dito aqui que vemos a vontade política do Governo nos dois documentos apresentados em melhorar a situação da saúde da população, com aquilo que preconiza fazer em termos de acções, como a compra de medicamentos e outros consumíveis; na melhoria das infra-estruturas, em termos de reabilitação e conclusão de algumas obras já iniciadas pelos governos anteriores; na aplicação da política de carreira dos recursos humanos da Saúde, sobretudo os técnicos de Saúde; na atribuição de uma linha orçamental para os doentes que padecem de doenças não transmissíveis, falando de cardiovasculares, diabetes, traumatismos e outros; para os doentes do fórum mental; reabilitação de alguns postos sanitários e centros de Saúde e aumento de verbas para os programas, tais como HIV/Sida, tuberculose e por aí fora. Mas nas GOP, se vamos ver os itens todos, o Governo não espelha nenhuma construção, fala de melhorias de infra-estruturas. Se vamos ver o OGE, temos «construção do centro de saúde de Mé-Zóchi», que é bem-vindo. Sabemos que o Distrito de Mé-Zóchi, para a população que tem, não tem um centro condigno, mas nas GOP não vemos isso inscrito, em termos de construção.

A construção de casas para médicos e enfermeiros vemos também no OGE, mas a referência feita a construção não está nas GOP. Portanto, tem-se que acrescentar, fazendo essa referência, não só «reabilitação», mas sim também «construção», porque vão construir. Falta aqui esta palavra.

Para o funcionamento das unidades sanitárias ao longo dos anos, temos tido muitas carências, falo do Hospital Central e das áreas de Saúde, os postos sanitários e os centros de saúde. Se vamos ver as verbas para o funcionamento destas mesmas unidades, sabemos que são insuficientes, tendo em conta a situação vivida diariamente. Portanto, sabemos que temos que cumprir a Lei, porque também a defendemos, mas a Lei SAFE, sobretudo para o Ministério da Saúde, acho que o colectivo dos ministros, o Conselho de Ministros e ao nível da Assembleia, os Deputados todos, devem repensar sobre a situação da implementação da Lei SAFE para este Ministério. Falamos isso porque a receita que arrecadamos ao nível dos nossos serviços é muito diminuta para fazer face à situação. Quando nós mesmos, os utentes, acorremos aos serviços de Saúde e que este ou aquele técnico reclama que não há nem álcool, nem seringas, nem sabão e outros, é devido a receita que cobramos que é ínfima para as despesas que temos diariamente, ou mensalmente.

Conhecemos minimamente o País e sabemos que ao nível do Ministério das Finanças, independentemente de termos esses duodécimos, eles nem sempre são alocados aos serviços de forma rotineira. Passamos 2, 3, 4 meses sem receber título referente ao combustível, a medicamentos e outras coisas mais e, para não fazer parar, é com o pouco de receita que se arrecada que temos os serviços a funcionar. Portanto, é bom pensar nessa situação, quando pensam em implementar esta Lei neste Ministério.

Dou um exemplo propriamente do distrito sanitário em que sou responsável. Ao longo dos anos anteriores, vínhamos com uma gestão um pouco bem aplicada, mas o Governo anterior decidiu que na realidade tínhamos que depositar todo o valor no Tesouro, e fizemos isso. Depois de ter feito isso, temos dívidas ainda com algumas instituições sem pagar até ao momento e nós agora é que temos que voltar a tentar fazer para pagar essas dívidas, ou então o Ministério da Saúde, está aqui o Sr. Ministro, que pague as dívidas. Dívidas de 2011 que se alastraram para 2012 e em 2013 ainda não liquidamos. Portanto, faço aqui um apelo para repensarem bem sobre esse aspecto.

Por outro lado, vejo, em termos de construção no OGE, «reabilitação de postos sanitários de Cantagalo» por duas vezes, de forma repetida. Portanto, gostaria que o Sr. Ministro da Saúde nos explicasse relativamente a este aspecto, tendo em conta que conhecemos, como já havia dito aqui, que há centros de Saúde que também estão neste momento degradados noutros distritos e que não fez referência nenhuma. Falo concretamente do Centro de Saúde de Angolares, estando num distrito chuvoso e que realmente precisa de manutenção, anualmente, tendo em conta o clima ali.

Pedi para repensarem relativamente a Lei SAFE, mas temos como obrigação, acho que é o dever do Ministério da Saúde, mesmo ao nível do Ministério das Finanças, prestar contas. Porque se depois de um levantamento, de um estudo feito, verificarem que na realidade não podemos cumprir esta Lei e que vão arranjar alternativas, mas há toda a necessidade de nós os dirigentes, ou quem estiver a frente das instituições, prestar contas ao Estado.

Relativamente a educação, falo de forma concreta do Distrito de Lobata. É um distrito em que nenhuma das vilas tem um jardim-de-infância. Falo da vila de Micoló, de Conde e de Santo Amaro e sabemos qual é o número de crianças que vivem nestas mesmas vilas. Portanto, vemos aqui no OGE, na página 4 de 9, «construção do jardim-de-infância em Alto d'Ouro, Distrito de Lobata», não sei onde fica Alto d'Ouro nesse distrito. Acho que deve estar num outro distrito e penso que, para o Distrito de Lobata, o Governo ainda não pensou na construção de um jardim na vila de Conde, tendo em conta que já estava no OGE do anterior governo.

*Murmúrios.*

Não pode voar. Se é de Lobata é de Lobata.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — É Rio d'Ouro.

A Sra. **Filomena Monteiro** (MLSTP/PSD): — Não, Rio d'Ouro não, ali tem jardim-de-infância, que é Agostinho Neto actualmente. Alto d'Ouro, não conhecemos em Lobata!

Quanto à formação de professores, é sempre bem-vinda, porque no nosso parecer dissemos que 57% dos professores não tem formação a nível do Ministério da Educação. A formação contínua é sempre bem-vinda, não só para o Ministério da Educação como para todos os outros Ministérios, mas vemos «formação para professores para melhoria do ensino nacional», depois temos num outro item «formação de professores do ensino básico e educadores», se já temos um item que faz referência a isso, acho que não devíamos ter mais outro referindo-se ao mesmo, porque esses professores do ensino básico como os educadores são nacionais. Devia-se atribuir uma verba para essa actividade, tendo em conta que se é «nacional» é para todos. Forma-se professores para o ensino básico, para o secundário básico e para o universitário.

Relativamente ao Ministério da Juventude, conhecemos e vemos no Ministro actual a vontade de muito fazer, mas apelamos para que tenha cuidado com os números, porque o Sr. Ministro já deu uma entrevista, teve uma conferência em que disse que vai construir 400 casas. Conhecemos as nossas carências ao nível de São Tomé e Príncipe e, quando é assim, sabemos que tipo de políticas que alguns fazem aqui e, caso não venha a materializar, depois isso servirá de campanha contra o mesmo e contra o Governo. Portanto, de preferência, vamos fazer. Ao nível do Ministério, sabe-se que se vai fazer e depois de fazermos pelo menos 50% podemos anunciar publicamente que já se fez e está em tal local. A mesma população, o elemento da comunidade vai dizendo «oh, esse Ministro está a fazer». Agora, ainda não pensamos, ainda não fizemos nada e vamos anunciar que estamos a fazer 400 casas, quando 30 custa fazer. Quando pensamos fazer 400 casas sabemos que é muito ambicioso.

*Murmúrios.*

Sei que é uma previsão, mas conhecemos o País em que vivemos.

Quanto à reforma, no ano passado, foram para a reforma muitos funcionários e pedimos a este Governo, de forma encarecida, para que funcionários, sejam do Estado, sejam privados, depois de terem dado o seu contributo para o País durante vários anos, não devem ir para a casa do jeito que foram no ano passado. Depois de o funcionário prestar o seu serviço 20, 30 anos, ele toma conhecimento que no próximo mês já não deverá vir para o serviço. Foi assim que foi a reforma do ano passado e não tomaram em consideração alguns sectores. Falo concretamente do Ministério da Saúde. Quando não formaram parteiras, mandaram parteiras para casa, pessoas que ainda podiam, ou deviam ainda assegurar os serviços até que terminasse a formação de parteiras, para fazer uma distribuição equitativa ao nível do País. Mas isso não foi feito, esse estudo não foi feito e apenas senhoras com 57 anos foram todas para casa, mesmo sabendo que os serviços ficariam sem esses técnicos.

Por outro lado, queremos pedir aqui a esta augusta Assembleia que vissem bem, sobretudo os Srs. Deputados e o Governo, em termos de reforma. Quando é para trabalhar as mulheres devem trabalhar e quando é para ir para a reforma as mulheres terão que ir para casa um pouco mais cedo. Sabemos que ao nível do País são as mulheres que mais asseguram as casas e, portanto, têm que rever isso, quando falamos da igualdade de direito, da equidade do género. É um apelo que faço para reverem essa história da reforma. Se for para ir para casa com 57 anos, vamos os homens e as mulheres. Se for com 61 anos, vamos os homens e as mulheres.

Portanto, são esses os meus contributos relativamente a esta área.

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, gostaria de pedir um pouco mais de atenção, porque parece-me que há colegas que vêm e passam a vida a conversar. Sou forçado a dizer isso, não estamos a enviar um bom sinal, estamos a tratar de coisas sérias, Srs. Deputados.

Quero chamar atenção também para um outro aspecto: estou a ser condescendente em relação àquilo que diz o Regimento, relativamente ao tempo de uso da palavra. Ao ver excessivo tempo de uso da palavra, farei recurso ao Regimento, que determina o tempo. Daí que peço que os Srs. Deputados sejam mais concretos nas vossas intervenções, porque o Regimento determina 5 minutos para as primeiras intervenções e 3 para as segundas. Em média, estamos a assistir a intervenções de 10 a 15 minutos e vai-nos obrigar a fazer o rearranjo do tempo. Daí que chamo atenção para serem concisos e precisos.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Viegas, para uma intervenção.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados: Nesta área social gostaria, em primeiro lugar, de intervir em relação às GOP e às despesas afectas aos respectivos sectores e começar pelo Ministério da Educação.

A primeira constatação que gostaria de fazer é que sinto que há um elencar de opções que são compatíveis com a realidade e com a lógica que precisamos introduzir neste Ministério. Penso que a este nível temos que reconhecer e felicitar o Governo pelo esforço que é feito. Contudo, gostaria de fazer algumas ressalvas que me parecem importantes e dignas de melhor atenção. Tenho aqui «ensino especial», penso que o Ministério estará a dar um passo para retomar a questão do ensino especial, que é de extrema importância, pelo respeito à Constituição, que dá direito ao ensino para todos e não podemos estar a criar quadro institucional de discriminação, quando as crianças cegas, ou portadoras de outras deficiências, não têm possibilidade de ter acesso à escola. O que gostaria de pedir ao Sr. Ministro da Educação, neste sentido, é que se crie de facto, pelo menos, as primeiras salas de aulas para alunos portadores de deficiência visual.

Tenho aqui também «prémio para professores», vou falar dos valores que estão atribuídos, mas o Sr. Ministro tem um trabalho prévio a fazer, como deve saber. O que peço é celeridade nisto, os esforços foram feitos, reconhecidos, mas é preciso encontrar outras experiências para que isso torne efectivo. Penso que é uma forma de motivar aquelas pessoas que diante dos alunos devem estar motivadas.

Sr. Ministro, penso que relativamente àqueles outros sectores que não estão ligados ao ensino, a Direcção da Cultura, o Arquivo Histórico, a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional que, desta vez, com esta verba que aqui está, haja um esforço para melhorar, sobretudo em relação à cultura nacional e à sua valorização, porque não é possível conseguir imprimir o crescimento que pretendemos se houver uma discriminação bastante acentuada e, se me permitem o termo, algum desleixo que temos em relação à cultura.

Um apelo de combinação: o Projecto *Fast Track*, possivelmente terá o seu reinício, tem aí cerca de 6 mil milhões de obras, salvo erro, mas o esforço que peço é que quando haja esses projectos, um esforço de combinação das despesas é importante. Por exemplo, quando tem lá despesas correntes para deslocação de professores, se é possível que este projecto possa apoiar isso, que esse recurso seja utilizado para alocar para outras necessidades.

Em relação à Educação, vou terminar com a questão de bolsas de estudo interna. Acho que o valor que está lá parece relativamente insignificante. Queremos potencializar as instituições, queremos reduzir as despesas que fazemos com formação no exterior, então é preciso melhorar e criar mais incentivos internos para a formação interna.

Em relação ao Desporto, tenho 5 mil milhões de obras para formação. Se é formação, Sr. Ministro da Educação, tem que ser bolsa de estudo interna?

*Murmúrios do Governo.*

Os 5 mil milhões que estão no PIP são para bolsas de estudo interna ou para enviar para estudantes que estão no exterior?

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação** (Jorge Bom Jesus): — É interna.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Ah, porque para o exterior está por volta de 30 mil milhões.

Sobre o Desporto, Sr. Ministro do Desporto, foi aqui que questionámos a realização dos jogos da CPLP. Programados para 2014 e tínhamos entendido, na altura, que isso teria sido uma aventura desnecessária e gratuita. Felizmente, temos que felicitar a decisão tomada, no sentido de dizer que São Tomé não tem condições para a realização desses jogos. Mas, tendo dito isso, preciso que o Governo dê um passo no sentido de solicitar, fazer o levantamento junto das federações e conhecer as possibilidades que temos de realização dos jogos da CPLP, digo no mínimo daqui há 6 anos, criar condições e tem que ser o desporto escolar. Vejo aqui mil milhões de dobras para incentivo ao desporto escolar. É, do meu ponto de vista, extremamente insuficiente, porque se queremos fazer jogos da CPLP, o primeiro alicerce, a primeira condição *sine qua non* é desenvolver o desporto escolar. São miúdos a partir de 8, 9, 10 até 16 anos e eles estão nas escolas. Pelo menos o que diz as nossas estatísticas é que 90% deles estão lá.

Aí o Sr. Ministro da Educação tem um desafio. As nossas escolas, a partir dos anos 90, começaram a ser construídas sem ginásios. Há algumas excepções, como a escola de Neves e do Príncipe, acho que são essas duas e não haverá mais, com certeza. Sem ginásio não há desporto escolar e sem desporto escolar não vale a pena falar de jogos da CPLP, para além do envolvimento das federações. Mas também para os jogos da CPLP precisamos de outras coisas, como o alojamento das pessoas, temos que pensar em tudo isso. Estamos a pensar para daqui há 6 anos, temos que começar a criar as bases para isso e têm que ser sustentáveis e com alguma sustentabilidade; despiro-nos de emoções políticas baratas e assumir as coisas como devem ser feitas.

Não tenho tempo para falar de muitas coisas que tenho aqui apontado, mas sobre a Saúde, Sr. Ministro da Saúde, neste Orçamento estará, não de forma explícita, o atendimento – também é para si, Sr. Ministro das Finanças, – da solicitação que levou o pessoal da Saúde a fazer a greve. Estou a falar de carreira. Estará contemplada, mas venho fazer um pedido encarecido, que trago do meu Grupo Parlamentar: em relação a medicamentos e reagentes, não podemos sair daqui sem ter a certeza de que este valor nos resolve o problema, pelo menos para todo o ano 2013. Temos que ter a certeza de que esse valor que está aqui chega para resolver questões básicas de medicamentos e reagentes. Por favor, estructurem-me outra vez o sistema de distribuição de medicamentos. Isto está desestruturado, foi personalizado e quem fez isso não estava a pensar no País, estava a pensar em si próprio. Veja isso com muita atenção, porque não parou ainda, vai continuar. Porquê digo que não parou? É o processo sobre como é que isso tudo foi feito. Certamente outra parte da responsabilidade não será nossa.

Vejo aqui «apetrechamento da residência de acolhimento de doentes» e faço uma pergunta: a que doentes se faz referência?

O Sr. **Ministro da Saúde e Assuntos Sociais** (Leonel Pontes): — Do Príncipe.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Ah, está bem.

Tenho aqui mais coisas, mas tenho que racionalizar o tempo. Se necessário for, voltarei.

O Sr. **Presidente**: — Convido a Sra. Deputada Edite Salvaterra, para uma intervenção.

A Sra. **Edite Salvaterra** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados: Venho falar da Educação, em primeiro lugar. A educação continua na sua letargia e cada vez mais preocupante, carecendo de medidas urgentes. Todos, sejam professores, encarregados de educação, pais e toda a sociedade lamentamos devido ao sistema de ensino vigente que não vislumbra melhores dias para a educação. Sr. Primeiro-Ministro, porquê não criar uma equipa de especialistas para fazer um estudo exaustivo sobre a matéria? Existem neste momento bons professores em função, existem alguns também que já estão na reforma que podiam ajudar nesse aspecto. Até existem professores que estavam cá, que foram afastados devido à famosa pré-reforma, foram para Portugal e lá o Governo português acolheu-os. Estiveram a dar aulas, muitos foram directores de escolas e deram bons resultados e muitos deles regressaram, estão cá. Soube que alguns foram ao Ministério da Educação oferecer o seu contributo, mas não foram bem atendidos e não houve *feed back*. Uns até disseram que nem era preciso dinheiro, só queriam dar o seu contributo, mas aqui em São Tomé e Príncipe há uma mania: quando a pessoa é nova está tudo bem, mas quando chega a uma certa idade é posta de lado. Isto é mau e só acontece nos países africanos, não sei, mas lá fora não as pessoas de mais idade são sempre chamadas para aconselhar. Aqui o mais velho é logo discriminado. Assim, Sr. Primeiro-Ministro, isto não é boa política, devemos também aproveitar das experiências dos mais velhos.

Falando do 12.<sup>o</sup> ano, não temos os níveis consolidados, portanto, tanto o primário como o secundário não estão nada consolidados e agora temos o 12.<sup>o</sup> ano quase generalizado. Não temos condições nem humanas, nem materiais ainda, mas já se generalizou quase e não se pode voltar para trás, julgo eu. Então porquê não se criaram uma equipa



de seguimento, integrando, por exemplo, o IDF? Digo IDF porque estou no ensino superior, dou aulas nesse ensino e nas aulas vejo que os alunos do 12.º ano que vêm do IDF não têm nada a ver com aqueles que vêm do liceu e outras partes. Não sejamos demagógicos nisso, no IDF são alunos que uma pessoa vê que estão preparados e os que vêm de outro sítio não estão.

O Governo pretende implementar o estatuto de carreira docente em fases, mas nas GOP não esclarece quando e como se pretende levar a cabo esta acção. Por acaso esta medida é bem acolhida por todos nós e vai contribuir, em certa medida, para a melhoria do ensino, porque um professor que não está integrado, que passa a vida num determinado nível e não ascende na carreira não se sente motivado, mas quando ascende na carreira sente-se motivado e trabalha com mais vontade.

Fiquei satisfeita em saber que houve um reforço para os transportes escolares, porque esses transportes vêm completamente cheios de alunos e quase que andam inclinados. Isso pode constituir grande perigo para os alunos.

Para terminar, nas GOP, na Juventude e Desporto, no ponto 4 diz assim: «realização de actividades para a sensibilização em saúde sexual e reprodutiva». Sugeriria que este ponto passasse para a Saúde e também que se devia, não só fazer as actividades, mas sim criar um gabinete de aconselhamento para minimizar o fluxo de gravidez na adolescência, porque há o PMI, de certeza que uma jovem estudante não se dirige para ali devido a vergonha, mas, havendo um gabinete que elas sabem que foi criado para elas, diminuirá o fluxo de gravidez na adolescência.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Costa, para uma intervenção.

O Sr. **Hélder Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco governamental, Sras. e Srs. Deputados: Gostaria de retomar a questão levantada pelo Sr. Deputado Arlindo Barbosa, em relação a Anambó.

Gostaria que o Governo alocasse uma verba ao nível do poder local, da Câmara Distrital de Lembá, de forma a dar uma atenção àquele espaço. Os outros passos a seguir o Governo optaria em criar um projecto, ou arranjar um parceiro de forma a dar uma atenção àquele espaço, porque é um espaço histórico ao nível nacional.

Em relação à Saúde, Sr. Ministro da Saúde, quero informar que ao nível do Centro de Saúde de Lembá há falta de refeição, precisamente em relação ao almoço para os técnicos de serviço, sobretudo o pessoal de piquete. Há lanche e há jantar, mas o almoço não. Também há problemas de falta de combustível, há pouco combustível para o funcionamento da ambulância ao nível do Distrito, porque a ambulância percorre 27 km, ida e volta são 54 km.

Educação, temos uma escola primária ao lado do campo de futebol de Neves e ela não tem muro de vedação. Isso é um bocado complicado. Ela não tinha, mas com o esforço de alguns Deputados e cidadãos do Distrito improvisamos uma cozinha para a mesma.

Ainda com relação à Educação, Sr. Ministro, temos a escola preparatória de Neves com falta de água e os alunos saem da escola para beber água perto da Câmara Distrital.

Os alunos praticam actividades desportivas, exercícios físicos e por aí fora e têm que tomar banho no rio. O Sr. Ministro pode imaginar raparigas e há rapazes a tomarem banho no rio. Isso não é normal.

*Murmúrios.*

Isso merece uma atenção ao nível da direcção. É nesse sentido que trago essas preocupações.

Com relação ao Desporto, gostaria de agradecer a direcção da empresa Rosema o apoio que tem dado ao Futebol Clube de Neves, no sentido de poder vedar o campo e mesmo em termos de materiais desportivos.

O Sr. **Presidente**: — Julgo que essa referência feita a uma empresa nacional pode ser um exemplo a ser seguido por outras empresas, de forma a ajudar o Governo a implementar a política eleita na área social.

Tem a palavra, desta feita, o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, para uma intervenção.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caros Colegas Deputados: Hoje estamos a discutir alguns aspectos da área social e gostaria de fazer um apelo para que tivéssemos uma capacidade de raciocínio e dedicação, para que atingíssemos os objectivos para os quais fomos eleitos. Digo isto porque gostaria de, em primeiro lugar, felicitar o Governo pelas verbas alocadas concretamente nalguns sectores, principalmente na área da Saúde e da Educação. Quero dizer que só podemos dar aquilo que temos e queria aproveitar, através desta Tribuna, para fazer um apelo à população em geral e a todos para que se dedicássemos mais ao trabalho, à disciplina e ao desenvolvimento, porque há pouco trabalho. Países que estão bastante desenvolvidos trabalham imenso e nós, nalguns casos, com excepção de alguns profissionais, fazemos pouco trabalho e não conheceremos o desenvolvimento se não trabalharmos e trabalharmos mais...

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Os Deputados do ADI não estão a trabalhar.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Infelizmente!

No que tange ao sector da Saúde, por exemplo, é necessário também que haja uma colaboração de outros sectores. No caso dos médicos, o salário que alguns auferem é pouco animador e é necessário que a própria direcção ou o Ministério das Finanças também colabore e coopere, porque o que é que acontece? Há muitos técnicos que chegam a São Tomé – conheço exemplos – ficam 10, 15 meses a trabalhar e que não recebem. Isto é pouco animador

e pouco estimulador, porque é impossível a sobrevivência de um técnico recém-chegado, muitas vezes os pais não têm a possibilidade de os alimentar, ficam nessa situação a Deus dará, à espera de umas propostas, que estou de acordo que devem ser feitas, mas algumas questões devem ser céleres.

Digo isto não apenas no caso dos técnicos da Saúde, mas também alguns em termos administrativos. Esta manhã chegou-me um documento de reclamação de um técnico que trabalha desde 1977 e por razões de discrepância do sector da Saúde e das Finanças, o homenzinho já está há 2 anos sem auferir o salário. Como é que será a sua sobrevivência? Criamos mais uma vez anticorpos contra nós próprios.

Mesmo nesta revisão que se está a fazer para os técnicos da Saúde, não está a ser abrangida a todos. Há técnicos da farmácia que não estão a ser abrangidos e, portanto, é necessário que se seja também revista todas estas questões.

Posto isso, como dizia, por exemplo ao nível de Mé-Zóchi, temos algumas infra-estruturas, temos a Associação de Socorros Mútuos, o Hospital de Monte Café e não sei ao nível da Saúde o que é que se pensa para aproveitar essas infra-estruturas.

Continuando para o sector da Segurança Social, uma colega que me antecedeu dizia que algumas senhoras vão para casa com 57 anos e os homens com 62. É verdade porque está na Lei 1/90. Isto é a Lei, temos que cumprir e estamos na Casa da Lei, mas já há uma proposta para se alterar essa questão, para que haja uma equiparação entre ambos os sexos. Só depois disso é que deve ser implementada.

Continuando ainda neste sector, quero dizer que tem havido um grande esforço deste Governo em apoiar, aliás o Programa do Governo é muito bem claro em prestações pecuniárias. O que é que isso quer dizer? Em termos de pensões, velhice, invalidez, maternidade e outras. Nesse aspecto, torna necessário também o pagamento dos descontos efectuados, porque se a segurança social não tiver o suporte financeiro torna difícil fazer o pagamento posterior aos pensionistas. Há pessoas e empresas que não efectuam os descontos e não pagam a segurança social. Se ela não tiver o suporte financeiro corre o risco de entrar numa derrapagem bastante enorme.

Portanto, para isso é necessário haver o apoio das empresas e dos serviços para que complemente. Por isso, quero felicitar o Governo no seu Programa, porque está muito bem explícito o apoio concreto a este grupo social.

Indo ao sector da Educação, que eu sempre disse que foi, é e será a nossa grande paixão. Hoje, eu recordo uma das intervenções do Sr. Ministro das Obras Públicas, quando falamos do caso da fiscalização, a qualidade profissional muitas vezes fica em causa. O Sr. Primeiro-Ministro também já tinha abordado que se não tivermos uma educação forte, não daremos resposta a muitas solicitações. Isto é fundamental. Neste contexto, quero dizer que o professor não é apenas aquele que naquelas horas dá aulas. O professor é um missionário que permanentemente vem se dedicando à sua actividade educativa e pedagógica e a este aspecto também deve ser dada uma atenção especial.

O programa do Governo contempla também algumas questões muito pontuais de apoio não só aos estudantes, mas também à implementação da carreira, que ajudará a concretizar os objectivos para os quais os professores pretendem.

Torna-se também necessário rever as infra-estruturas. Recordam-se há quanto anos foi construído o actual Liceu Nacional? As alfândegas? Nós devemos ter uma visão global maior para podermos conseguir ter esses objectivos em vista.

Mesmo a nível da Educação, um colega meu falou há bem pouco tempo em estudos, em investigações. Nós temos que ter possibilidades para financiar estudos, investigações, isto é fundamental. Nenhum país se desenvolve se não apostar fortemente na educação.

Ultimamente fez-se um fórum que já é o segundo que assisto da educação, mas em termos da sua implementação? Isto é que é fundamental e também o aproveitamento, como dizia a professora Edite Salvaterra, de muitos quadros que já entraram na idade de reforma e que querem dar a sua contribuição. Eu acho que são os aspectos fundamentais que devem ser aproveitados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Filomena Prazeres.

A Sra. **Filomena Prazeres** (PCD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, venho aqui a este pódio para, mais uma vez, reclamar algumas coisas que se prendem com a Região Autónoma do Príncipe.

Aquando do governo do Dr. Patrice Trovoada, de acordo com o Ministério da Educação, o Sr. ex-Ministro Olinto Daio foi ao Príncipe e assinou um memorando com o Sindicato dos Professores para o aumento das horas extraordinárias, que variavam de cerca de Dbs. 2 650 003 000 00 para 5 mil milhões e nem um centavo sequer entrou para o efeito, desde o dia 27 de Março de 2012. Aliás, é o governo regional que tem arcado com essas despesas até agora.

O mesmo aconteceu com o Ministério da Saúde. A Dra. Ângela, a Ministra de então, e o Sindicato da Saúde, também assinaram um protocolo, de acordo com as horas extraordinárias dos médicos, que era de 60 000 dobras e perfazia um total de 800 milhões, aumentou para 2 mil milhões, e até agora nada feito. É o Governo que arca com essas despesas e todos nós sabemos que, do orçamento de ano passado, só conseguimos executar a 20%. No entanto, o Governo tem a responsabilidade de pagar esse acréscimo que foi prometido e, como sempre, o governo regional quer cumprir com o prometido.

Sr. Ministro, eu ia ainda falar um pouco sobre a Saúde. Infelizmente, repetidíssimas vezes, temos que trazer o mesmo problema que tem a ver com a evacuação de doentes para São Tomé. Temos ainda dívidas

com a STP-AIRWAYS e assim queria pedir encarecidamente que isso se resolvesse de uma vez por todas, porque também quase todas as vezes é o governo regional que paga o aluguer do avião para buscar os doentes.

Conseguimos prever as receitas para o efeito, mas não conseguimos prever quando as doenças e como vêm. Muitas das vezes as coisas acontecem quando nós menos esperamos e temos que alugar o avião e muitas vezes não estamos em condições de pagar no momento. Neste momento, devemos à Companhia STP-AIRWAYS por causa da evacuação dos doentes.

Eu queria pedir, mais uma vez, que se olhasse com olhos de ver para a Região do Príncipe, porque, desgraçadamente, Sr. Ministro, a insularidade e a descontinuidade geográfica nos submeteu a isso, não temos culpa. Como sempre, quase todos os memorandos e acordos ficam no Boné de Joker, sinceramente, mas acredito que com a sensibilidade do senhor e do seu Governo as coisas se resolverão e nós da Região Autónoma do Príncipe estamos à espera que isso aconteça.

De momento era só isso que tinha para dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vim cá para tentar reforçar principalmente a ideia e penso que todos estamos de acordo, porque ainda ontem o Sr. Ministro da Defesa questionava, portanto, a localização do Comando Distrital de Lobata que não ajudava muito na deslocação. Isso é uma questão que a olho nu se pode ver e não é preciso conhecer a teoria dos grafos para ir à questão.

Eu lutei muito, e a Deputada Filomena já falou disso, para que no Orçamento estivesse inscrito o jardim-de-infância da Vila de Conde. Sempre estive nos outros orçamentos. Toda gente sabe que o desenvolvimento e aparecimento das cidades vêm nas encruzadilhas das estradas. Portanto, eu tenho dúvida de que o desenvolvimento de Lobata não passa pelo desenvolvimento da vila de Conde. Tenho dúvidas! E a falta de atenção a essa zona central é um problema, sem falar da construção do porto de águas profundas.

Bom, um outro aspecto é que a cidade capital está apetrechada de muitas coisas e há necessidade de dar uma atenção aos órfãos do Distrito de Lobata, para vermos aquilo que podemos fazer em relação a isto.

Falando da educação, o Sr. Deputado José Viegas já falou e queria reforçar que para bolsas externas nós temos um valor de cinquenta e cinco e qualquer coisa enquanto que para bolsas internas temos um valor de oito. É uma diferença muito grande e temos que dar pelo menos um sinal, aqui não está o sinal. Temos que dar sinal pelo menos, estamos interessados.

Com relação à Cultura, esse apoio aos grupos culturais está a ser muito difícil e quero que dêem maior atenção aos grupos culturais e não é preciso pôr dinheiro directamente no Orçamento, mas pôr esses grupos culturais sábados e domingos a actuar, por exemplo, na cidade capital, entrar em contacto com os agentes turísticos. É uma forma de ajudar.

Uma outra coisa também é cobrar impostos. Essas discotecas que, por exemplo, não põem sequer uma música de São Tomé e Príncipe, têm que ser taxadas e é uma forma de evoluirmos e com isso vamos preservar a nossa identidade.

Peço desculpa, assim em traços largos, quero falar de um outro aspecto e entrego mãos à palmatória, caso esteja errado. É sobre monumentos históricos. Eu penso que não temos pessoas à altura para construir monumentos, porque têm aparecido muitos monumentos ultimamente e até dá vergonha, desculpem-me o termo. Seria bom que nós pudéssemos localizar um sítio para colocar esses monumentos que temos do período colonial, para ajudar o turismo. Eu penso que a localização não está assim muito bem. É preciso que haja um estudo em relação a isso, de forma a valorizar mais. Principalmente aos sábados e aos domingos, não temos nada na nossa capital e gostaria que nós valorizássemos esses monumentos que temos de uma melhor forma, se houver possibilidade, para ajudar o turismo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, chamo a vossa atenção, sei que é difícil, muitas vezes temos algumas dificuldades em limitar a fronteira, mas estamos a discutir na especialidade e temos que ser concretos nas intervenções que deverão contribuir para a melhoria daquilo que temos como proposta do Governo.

Considerações genéricas, caros colegas, julgo não serem para o momento da discussão na especialidade. Portanto, sugiro que as vossas intervenções terminem com propostas concretas.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, venho a esta Tribuna para poder também dar a minha contribuição relativamente às questões que estão a ser discutidas.

Eu começaria por Saúde. Nas GOP deparei que existe uma série de problemas de saúde que afectam o nosso país. Nós poderíamos, logo à partida, pôr em causa o actual modelo de sistema de Saúde. Acho que o actual sistema de Saúde em São Tomé e Príncipe está esgotado para as nossas necessidades. Em todo caso, Sr. Primeiro-Ministro, no quadro das propostas apresentadas, gostaria de propor que fosse introduzidas acções preventivas, isso porque acredito que formação e informação devem partir, muitas das

vezes, das escolas. Talvez se houvesse uma simbiose e uma coordenação entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, de forma a levar os nossos alunos à formação e informação sobre acções preventivas de saúde, o que não consta aqui nas propostas do Governo.

Relativamente à Segurança social falou o meu amigo Guilherme Octaviano, o conhecedor desse sector, mas acredito que o actual modelo de segurança social a médio prazo será insustentável e o Governo também deve repensar como é que iremos lidar com a segurança social a médio e longo prazo.

Eu entraria no sector da Educação. No rol dos problemas da Educação, não só nas GOP, dizia que nós aumentamos em termos quantitativo e não qualitativo e acho que já é momento de começarmos a pensar também em termos qualitativo. Então, a minha proposta é que o Governo deveria dar maior atenção aos primeiros anos de escolaridades e, concomitante, aos cursos de mestrado que têm levado a cabo aqui em São Tomé para alguns institutos. Acho que o Governo devia incentivar isso e acredito que esses cursos de mestrados irão capacitar quadros para poder aumentar o nível de qualidade dos nossos profissionais.

Há uma questão também da Educação que acho que isso já vem de vários governos, porque acho que as instituições superiores do nosso país tem contribuído bastante para que São Tomé hoje tivesse um número elevado de formados, mas infelizmente sabemos que existem cursos que não estão reconhecidos pelo Ministério da Educação e há formados nessas áreas que já estão a exercer funções.

Acho que devemos saber lidar com isso, de forma a resolver este problema o mais rápido possível.

Por último, Sr. Ministro da Educação, a questão de bolsas de estudo. Eu vejo no Programa de Investimento Público qualquer como 240 000 euros. Eu gostaria de saber se é bolsa de estudo interna ou externa?

O Sr. **Presidente**: Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, estava um pouco retraído se devia ou não intervir primeiro, porque cada um Deputado que vem cá falar traz problemas e o País está com tantos problemas que não sabemos como resolver. Ontem, eu disse que tínhamos uma lista de compras para supermercado e vir para aqui adicionar mais elementos ou mais produtos a essa lista seria contraproducente. De qualquer modo, Sr. Primeiro-Ministro, temos que ganhar consciência de que este país só desenvolverá se tivermos coragem de assumir algumas políticas sem qualquer tipo de questões políticas ou partidária, mas vendo sempre o País.

Sobre essa matéria, eu quero dizer que partindo daí é que irei apresentar uma proposta alternativa e, havendo consenso nacional, esse país poderá sair do marasmo em que se encontra. É possível e agora temos que ter é a coragem de assumir as coisas, porque estamos a detalhar tanto o Orçamento que, ao fim e ao cabo, terminará o ano e ninguém conseguirá aperceber-se de que se fez alguma coisa. Faz-se um bocadinho aqui, um bocadinho ali, um bocadinho acolá e, no fundo, não se faz absolutamente nada. Às tantas, algumas obras não acabam, porque nós próprios temos a consciência de que as verbas que estamos a alocar aqui não são suficientes. Quer dizer, é uma questão difícil de gerir. Mas também quando uma casa não tem pão todos choram e ninguém tem razão. Daí que estamos a tentar atender a todos os focos em que já lançaram SOS: «acudam-nos, estamos a precisar de água, de estradas». Ontem, alguém telefonou-me dizendo: «o senhor falou de várias estradas, mas não falou da estrada de Margarida Manuel, Palha e Bombom. Por acaso está aqui. É só para ver como é que está a preocupação das pessoas com tantas necessidades.

Eu quando estava a propor que entrássemos primeiro no debate sobre essa área e depois para fazermos a distribuição, era exactamente para não haver já propostas concretas.

O que é que se vai cortar aqui mais? O que é que se vai cortar quando eu sei que 3 mil milhões não é suficiente para reparar o mercado de Côco-côco. Quando tenho consciência de que com 3 mil milhões não é possível reparar a EN3.

Sistema de drenagem com 6 milhões? Estamos a brincar! 250 000 euros para o sistema de drenagem da cidade capital, se calhar os estudos vão consumir esse valor todo. Por acaso trazia a proposta de uma questão que nós levantamos e batemos muito nessa proposta de orçamento anterior, que é o sofrimento dos alunos de Porto Alegre e de Santa Catarina.

Vejo aqui compra de viaturas escolares, mas é preciso periodizar esses dois distritos. Os alunos que fazem percurso Santa Catarina a Neves e vice-versa, todos os dias e os que saem de Portalegre a Angolares têm prioridade, se bem que os transportes escolares que estão cá na cidade, que fazem trabalhos para os restantes distritos também estão com problemas de superlotação. Fazer o quê com 2 mil milhões de dobras? Dá para comprar pelo menos quatro ou cinco, se calhar, enviar dois para os distritos que estão nas extremidades e ainda ficam com três para mediar a questão aqui no centro.

Vimos, nas GOP, algumas políticas e depois quando vamos ver a verba que está atribuída para a sua execução, problema. Alguém falava aqui de segurança social. Hoje muitos trabalhadores quase que recusam serem descontados, porque entendem que quando vão para a velhice o que vão receber não dá para nada. Então, preferem receber o seu dinheiro por inteiro. Agora, claro está, não podemos, porque os patrões estariam a violar a Lei. Mas há casos pior, o próprio Estado também deve a Segurança Social. Temos casos daqueles ex-funcionários da INDES, alguns já estão na idade de reforma, mas não vão

receber, porque o próprio Estado não pagou a Segurança Social o que eles tinham direito, mas foram descontados. E são N casos desses.

Sr. Primeiro-Ministro, temos uma camada social que ainda é pequena e muito pequena, porque grande parte dessas pessoas já não estão no nosso mundo, mas temos que dar uma assistência melhor e uma atenção particular. Não é aceitável que aqueles que chamamos sobreviventes do massacre de Batepá recebam 600 000 dobras por ano.

**Uma Voz:** — Por ano?

O Sr. **Delfim Neves (PCD):** — Por ano. Velhos coitados!

No dia 3 de Fevereiro lhes convidam para a cerimónia e toda gente os saúda, dão-lhes um pãozinho com um sumo e recebem 600 000 dobras, por ano. Uma atenção especial deve ser dada a esse grupo de pessoas. Também já não é assim tanto, se calhar nem chegam a 20. Portanto, acho que é questão que se deve dar alguma atenção.

Sr. Ministro da Saúde, vejo alguma verba que está destinada ao apoio aos deficientes físicos. Nós também batemos disso no ano passado, pusemos no Orçamento, mas o Governo anterior nada fez, não executou. Mas também havia aqueles portadores de doenças transmissíveis, sobretudo do SIDA, que tem apoio. Eu vejo aqui o programa de combate. O programa é uma coisa e apoio a pessoas é diferente, mas não vi cá, pode ser que tem.

Sr. Ministro da Juventude, alguém dizia que o senhor prometeu muitas coisas com números, é bom ser ambicioso. É muito bom ser ambicioso, mas não há dúvida que os números são uma arma de dois gumes. Conseguir implementar aplausos e não atingir objectivos já sabe como é que vai ser. Críticas por todos os cantos, mas eu o felicito pela coragem, porque o senhor criou ânimo e agora tem que saber como gerir essa expectativa. Isso é o mais importante.

Tenho uma preocupação, eu insistido, porque o senhor esclareceu cá no debate sobre o estado da Nação, mas eu ainda não tinha solução.

Campo de Futebol Clube da Trindade. Foi dito que se alocou 500 milhões de dobras para terraplanagem de um determinado espaço, mas esse espaço está ocupado por uma outra pessoa. Como é que fica? A pessoa vai ter que pagar a terraplanagem do espaço destinado ao Futebol Clube da Trindade ou é o Estado que vai ter que pagar isso de novo? Esta é uma pergunta muito importante, porque estão à espera da resposta.

Falando agora um pouco sobre património histórico, Sr. Primeiro-Ministro, se calhar vou devagar um pouco, porque património histórico não são apenas museus e monumentos. Há alguns edifícios históricos no nosso país que estão abandonados. Alguns porque o Estado em determinada altura achou-se incapaz financeiramente para dar um novo rosto a esses edifícios, decidiu vendê-los, aliená-los, mas quando o Estado decidiu alienar é numa perspectiva de quem comprar desenvolver projectos modernos capazes de servir o público. O Estado não vendeu para transformar a casa num centro de consumo de drogas, de relações pouco dignas e outras transformadas num cercado de zinco da cidade capital. É uma vergonha! O senhor tem que ter a coragem de chamar os proprietários e perguntá-los. Estão em condições, então têm que começar a obra. Se não estão em condições, devolvem ao Estado o dinheiro que receberam, e o Estado lança um novo concurso para outras pessoas concorrerem, mas desta vez com cláusulas claras de penalização. São várias casas, vários edifícios. Depois há casos de o Estado atribuir casas a quem não tem direito, a instituições ou associações que não têm direito, ou se tinham hoje já não têm, e continuam com as casas fechadas, outras alugadas e o Estado está a alugar casas, pagando 2 a 3 000 euros para instituições que estão na operacionalidade. São muitas coisas juntas e acho que o Governo vai ter que trabalhar muito, mas fica aí a minha promessa de apresentar por escrito, mas vou apresentar só a si numa cópia única e o senhor dará informações a quem quiser, sobre alternativas para este país. Há sim-senhor, temos que ter coragem.

O Sr. **Presidente:** — Vamos fazer a conferência do tempo. Eu quero anunciar aos Srs. Deputados e ao Governo que neste momento o MLSTP/PSD tem apenas 30 minutos, o Governo tem 87 minutos, o PCD tem 4 minutos e o MDFM/PL tem 5 minutos.

Tem o Sr. Deputado Jorge Amado.

O Sr. **Jorge Amado (MLSTP/PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez gostaria de felicitar o seu Governo por este Orçamento que é nosso e algumas questões que vão sendo levantadas aqui são questões que, tendo em conta a nossa participação na elaboração deste Orçamento, deveria ter sido já debatido com antecedência, em vez de estarmos aqui a perder muito tempo, quando são assuntos que já conhecíamos previamente. Todavia, apesar de analisarmos previamente o Orçamento, algumas coisas nos escapam e escapam também ao Governo. Certamente quando estamos aqui, é a nossa obrigação chamar alguma atenção que essas situações possam ser minimamente corrigidas.

Trago aqui uma preocupação com relação à situação do sistema de Saúde. Sr. Primeiro-Ministro, nós temos passado este tempo todo com problemas sérios em relação ao fornecimento de medicamentos e

consumíveis ao sector de Saúde. Isto que nós assistimos durante este período é algo que nos preocupa a todos. Não é a primeira vez que se verifica uma situação dessas. Várias vezes a saúde tem conhecido roturas de medicamento e acho por bem que devíamos encontrar mecanismos para pormos cobro a essa situação, definitivamente.

Sei que o Governo tem o seu plano para poder vencer esta batalha, mas não deixa de ser minha preocupação o montante que o Governo inscreveu aqui no OGE para aquisição de medicamentos. É um montante de cerca de 6 mil milhões de dobras e estou convencido que, olhando para outras rubricas que existem no sector da Saúde, este item deveria ser mais bem privilegiado, para que jamais pudéssemos assistir a indivíduos, lá fora, a fazerem propagandas de colheita de medicamentos para São Tomé e Príncipe, a pedir contribuição que nunca mais chega a São Tomé.

Eu pessoalmente fui várias vezes incomodado com algumas chamadas telefónicas de Portugal, de gentes que estavam a fazer recolha de medicamentos para São Tomé e que precisavam de contribuição financeiro para enviar esses medicamentos para São Tomé, mas nunca mais vi. Jamais os medicamentos chegaram a São Tomé. Isto preocupa-nos e para que isto possa, de uma vez por todas, ser solucionado, gostaria de solicitar ao Sr. Ministro da Saúde e ao Sr. Primeiro-Ministro que visse, dentro desta rubrica da Saúde, um montante nas outras rubricas para poder acrescentar esta rubrica de aquisição de medicamentos e consumíveis, quando sabemos que no sector da Saúde existem equipamentos que não funcionam por falta de reagentes e outros. Outros equipamentos, aliás como eu dizia das ofertas que recebemos e que exibimos muitas vezes, vemos na televisão e quando se vai pôr em funcionamento são equipamentos obsoletos, e o hospital está cheio desses equipamentos obsoletos. É só dissimulação por parte de alguns que dizem que vêm apoiar São Tomé e Príncipe na resolução dos problemas.

Por outro lado, Sr. Primeiro-Ministro, Saúde e Educação são dois sectores que só consomem e não produzem, mas constituem sectores em que há obrigação de o Estado investir para que os outros sectores possam produzir e para que as pessoas possam sentir-se bem, para poderem estar em condições de produzir. Se as pessoas não se sentem saudáveis, não podem produzir. Daí que grande atenção deve ser dado a esses sectores. Em título de alguma sugestão, Sr. Primeiro-Ministro, eu acho que se deve proceder a uma reforma no sistema de Saúde nacional. As pessoas têm que contribuir para a Saúde. Não sei como, mas temos que legislar sobre isso. Quem ganha mais, paga mais e quem nada ganha através da Segurança Social terá um cartão para que possa ter um cuidado de saúde gratuito. Se eu contribuo para a Saúde, posso levar anos sem passar por lá, mas estou contribuindo e esse valor estará dando cobertura àqueles que necessitam, mas também sei que quando for a um centro de Saúde serei bem atendido, porque sou um contribuinte e não terei que ir à procura de um quarto para pagar, para estar internado, terei um quarto para ser internado, porque sou um contribuinte por excelência no sistema de Saúde nacional. Acho que com este método o Governo poderá arrecadar fundo suficiente para fazer face à situação da Saúde no nosso país. Isto faz-se em muitos países mais desenvolvidos. Vamos tomar como exemplo a Inglaterra, onde a saúde é totalmente grátis, porque as pessoas já contribuíram. Qualquer tipo de operação faz-se gratuitamente porque as pessoas já contribuíram para isso e não é quando se vai para o hospital, para fazer uma operação, é que se vai buscar dinheiro para pagar, porque não se faz a operação.

Temos que inovar o nosso sistema de Saúde em São Tomé e Príncipe.

Sr. Primeiro-Ministro, inquieta-me e acho que para o futuro deverá ser tomado em conta a maneira como isso faz parte do sindicato da Saúde, certamente fará parte da reivindicação de todos os trabalhadores da Função Pública em São Tomé e Príncipe como os trabalhadores dos sectores privados. Quando um indivíduo dedica toda a sua vida a trabalhar, a dar tudo que tem enquanto jovem, quando atinge a idade de velhice é o período para que esse indivíduo possa gozar de privilégios, poder ter uma vida mais tranquila, de estar em condições de poder passear nos últimos dias que faltam da sua vida, se for possível viajar, e é precisamente nesse momento que o salário que a pessoa recebe não dá para nada. Um indivíduo que ganha 3 milhões de dobras tem uma reforma de 600 000 dobras. É uma reforma para a morte, mas não é este que é o problema, é que esse tal indivíduo que ganha 3 milhões de dobras, não ganha só 3 milhões de dobras. Esse é o salário de base. Ora, é necessário que tudo quanto faça que seja componente salarial possa entrar para ser descontado para a reforma, porque não se pode ganhar 40, 50 milhões de dobras, enquanto se trabalha, e depois de repente se fica só com 3 milhões ou 600 000 dobras de reforma. Há que se encontrar uma forma para se poder regularizar essa situação.

Falo também um pouco do que posso chamar de antecipar o futuro. Nós temos um país que por excelência vive da agricultura e da pesca e com certeza é um país onde haverá um número grande de indivíduos desamparados, porque os agricultores e pescadores não contribuem para a reforma, para que tenham pelo menos uma pensão mínima, porque o sistema não lhes permite contribuir. Há que se criar um sistema que lhes permita contribuir para que quando atingirem a velhice possam também beneficiar de algum apoio do Estado. Porque se vamos por aí fora vemos pescadores que já não podem pescar, como é que vivem? As *palaiês* que já não estão em condições de vender, como é que vivem? Os agricultores que já não conseguem baixar para pegar na enxada, como é que vivem? Estão todos na miséria e há que se criar um sistema que lhes permita também, na velhice, beneficiar de um apoio do Estado, de uma reforma. Daí que o meu apelo é que o Governo estude com muito carinho esta situação e não estou a falar que tem que

entrar neste Orçamento, mas que estude com muito carinho essa situação, no sentido de que, num futuro breve, possamos encontrar respostas para tudo isso.

Felicito o Governo pelo facto de, neste Orçamento, preocupar-se com bolsas de famílias, para que os filhos daqueles que não têm condições possam também ir às escolas; preocupar-se também com apoio aos agricultores e *palaiês*. Vejo aqui no Orçamento apoio a famílias mais carenciadas, apoio àqueles que foram vítimas de incêndio das suas casas, mas também é encontrar mecanismos para pormos cobro ao incêndio que vem aumentando galopantemente no nosso país. Há que se encontrar uma forma de se travar tudo isso e espero que também o Governo analisa isso com muito carinho. Estamos cá para dar as nossas contribuições, as nossas ideias de como fazer e encontrarmos uma forma rapidamente de resolver este problema.

No que diz respeito a Educação, quero pedir ao Sr. Ministro da Educação que dê atenção àqueles estudantes que estão lá fora, que concluíram os seus estudos, mas que não podem regressar para São Tomé e Príncipe, porque não têm bilhete de passagem para regressar. Vivem ao sabor do vento. Igualmente, existem estudantes lá fora fazendo mestrado e outros estudantes que saíram de São Tomé e deram início aos seus estudos e o Governo são-tomense diz que esses alunos não são bolseiros do Estado são-tomense, porque o Estado são-tomense não lhes conhece, e vivem com dificuldades. Acho que a melhor riqueza que o Estado deve dar a um jovem é a formação. Não importa onde ele vai trabalhar amanhã. Em São Tomé ou lá fora, o Governo deve dar-lhe um instrumento para ganhar a vida, para se libertar. Portanto, acho que o Governo deve participar nesse exercício.

Queria uma explicação apenas da parte da Saúde, com relação ao centro especializado que o governo taiwanês deveria construir em São Tomé e Príncipe. Eu não vi isto no OGE, é um assunto que se projectou há mais de 1 ano. Devo dizer que também tive uma contribuição neste aspecto, porque solicitei ao governo taiwanês que construísse um hospital de referência aqui em São Tomé, que pudesse não só tratar dos nossos doentes que saem daqui para lá fora com junta médica, mas também poderia tratar muita gente da Costa Africana que se desloca para a Europa. Tendo um hospital de renome em São Tomé e Príncipe, certamente que o País ganharia com isso.

É evidente que o Primeiro-Ministro de então queria transformar esse projecto num negócio público/privado e, portanto, propôs ao governo taiwanês que construísse um hospital público/privado e o Governo taiwanês disse que estava para resolver os problemas sociais e não embarcou nessa e, tendo visto a forma como o Primeiro-Ministro tratava o assunto, decidiu construir uma primeira fase, partindo do centro aí de Água Grande, um centro especializado, onde serviria de referência para o Hospital Central, para que as pessoas pudessem ver como é que funciona realmente no hospital, porque achavam que não tinham espaço no Hospital Central para demonstrar aquilo que queriam transmitir aos são-tomenses, uma vez que a gestão estava muito confusa, é Portugal, não sei o quê e tal, e eles não tinham um espaço.

Queriam ter um espaço para demonstrarem aos são-tomenses como é que se lida com problemas hospitalares. Só depois de adquirir esses conhecimentos iriam passar para a fase de construção dum verdadeiro hospital de referência. Daí que não vejo isto aqui, e não sei porque razão não aparece. Não sei se foi abortado. Portanto, gostaria de obter alguma explicação quanto a isto, tendo em conta que eu também estive na génese. Fiz um pedido ao governo taiwanês sobre este assunto, aliás o indivíduo que se ocupa desta função no hospital, o médico de Taiwan é o candidato a cônsul honorário de São Tomé e Príncipe e ele, em nome desta designação, prometeu construir um hospital de renome em São Tomé e Príncipe, dentro da sua possibilidade pessoal, e não através do governo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Barbosa.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, vou ser breve na minha intervenção, apesar que algumas já foram abordadas pelo Sr. Deputado Delfim Neves, nomeadamente a questão de transportes escolares. Vejo inscrito no Orçamento e é precisamente por isso que apelo ao Governo para priorisar esses dois distritos, porque são distritos com maior carência, Lembá e Caué.

Em relação a Educação, Sr. Ministro da Educação, o ensino e a formação são pilares fundamentais para qualquer sociedade e sei que o Governo tem essa medida de política nas GOP, e queria felicitar por isso, mas que isso sirva também para acção e não para estar só escrito. É preciso partir para acção.

Gostaria de fazer um alerta face a uma informação que tive que acho que põe em causa o sistema de ensino/aprendizagem ao nível nacional. Tive informações de que há professores, e não vou falar muito da questão de professores, com baixo nível de qualidade a leccionar. Um exemplo concreto, não vou dizer publicamente o nome mas depois podemos partilhar, há professores com a frequência de 8.ª classe a leccionar o ensino básico. Não é possível!! Penso que temos que obrigar o professor a continuar os estudos e, por isso, deve-se pedir aos directores das escolas o relatório que permita exigir a esses professores que continuem e que terminem o estudo, que é o 11º ano.

Em relação ao Desporto, nós os Deputados estamos com algumas dificuldades, porque sabemos que as carências são muitas e aqui foi falado pelo Sr. Deputado Delfim Neves, mas o que acho é que nós temos que identificar os problemas. Só assim é que eles serão resolvidos paulatinamente. Sabemos as limitações

que o Governo e o país têm, mas devemos identificar esses problemas para permitir que órgãos competentes possam encontrar soluções paulatinamente.

Sr. Ministro do Desporto, desde ontem estou a fazer um esforço nesse capítulo para ver se é possível alterar algumas verbas. Francamente eu não consegui e, por isso, não é possível fazer. O seu Ministério tem um orçamento de 77 mil milhões e sei que é difícil, pelas obras que estão aqui no orçamento, encontrar qualquer rubrica para fazer alguma alteração. Queria lançar um desafio ao Sr. Ministro para que, no quadro de parceria, pudesse encontrar uma verba, pelo menos para o início de algumas obras que eu trouxe aqui: centro para prática de futebol salão e outras modalidades, nas zonas de Generosa e Diogo Vaz. Eu sei que essa parceria é possível. Eu por exemplo tenho um projecto para uma dessas obras que rondam cerca de 15 mil dólares, que eu acho que é possível. Não é preciso terminar num ano, mas pelo menos dar início e quem sabe também estender isso até a vedação do campo de Neves. No quadro de parceria, sei que a Cervejeira Rosema também tem feito esse esforço, mas se o Sr. Ministro entender, eu posso facultá-lo para ver se é possível.

Como eu disse, seria breve e ficaria por aqui, mas gostaria de felicitar já agora o Sr. Ministro do Plano e Finanças por essa alteração que introduziu a esta augusta Assembleia. Pelo menos isso encoraja-me, porque o Governo pensou efectivamente na preocupação que foi levantada ontem, que é a extensão da energia para a zona norte, nomeadamente Santa Catarina, e que passa de Diogo Vaz e Ribeira Funda, e depois também a zona Sul.

Gostaria de felicitar o Governo sobre essa medida.

O Sr. **Presidente**: — Agradeço o Sr. Deputado por essa capacidade que teve de usar 5 minutos. Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, há bocado esteve aqui o Sr. Deputado Delfim Neves, que falou que precisamos de ter muita coragem. Eu diria que teríamos que ter muita coragem, mas teríamos que ter uma mudança de mentalidade para algo que vou dizer agora. Nós geralmente abordamos dois sectores poderosos, em termos de imagem, de forma completamente aleatória: a Cultura e o Desporto. As elites são-tomenses, por inibição, por insensibilidade ou por incompreensão, não conseguem ver o alcance desses sectores.

Assim eu queria dizer-vos, por exemplo, que hoje vem-se dizendo que «a cultura é o conjunto de valores que reflectem e ilustram as formas mais íntimas do nosso sentido colectivo». Quer dizer que a cultura é um elemento aglutinador e fortificador da Nação e a Nação é um elemento suporte, o sustentáculo imprescindível do Estado. Se nós atendermos a essa abordagem da cultura, vemos como estamos atrasados em matéria de apreciação desse sector. Quem diz cultura, diz desporto. É essa falha de análise que faz com que os países que são arquipélagos como nós, quando chegam aos oitavos de finais da Copa Africana das Nações (CAN), perdem 12 contra 1, com uma equipa desconhecida do Gabão. Em termos de imagem, vejam o que isso significa. Temos que valorizar esses sectores.

É certo que não é com este Governo, não temos verbas para o fazer, mas eu queria avançar aqui algumas propostas em relação a Cultura e o Desporto. Primeiro, quero propor ao Sr. Primeiro-Ministro a reafecção das verbas no orçamento do Ministério da Educação, Cultura e Formação, de modo a privilegiar sectores depositários da nossa memória colectiva, como são o Arquivo Histórico e o Museu Nacional, muito desprezados neste Orçamento Geral do Estado.

Queria propor também um apoio em vida, não esperemos que morram para virmos carpir as nossas mágoas publicamente, a artistas como Pêpê Lima e João Seria, que tanto divulgaram a música nacional e com ela os crioulos nacionais e dão um apoio efectivo à dinamização cultural. É certo que no OGE há algumas verbas, mas temos que pensar nos artistas.

Dou-vos um exemplo que não tem nada a ver com este Governo, mas já vem de tempos atrás. Quem escreve em São Tomé e Príncipe tem que publicar em Portugal e quando os livros chegam custam mais aqui, em São Tomé e Príncipe, do que na produção, em Portugal. No passado estavam isentos de qualquer carga fiscal, hoje já não. De maneira que é algo que este Governo devia ver, porque isto sobrecarrega os autores e é claro que sobrecarrega o preço de venda desses livros. E os livros, sendo caros, não vendem, porque não existe o hábito de leitura, não existe o amor ao livro, etc.

Por outro lado, em relação ao Desporto, queria ver se conseguíssemos, pode não ser possível, o reforço do orçamento do Ministério da Juventude e Desporto, tendo em vista duas questões precisas: apoio efectivo ao desporto escolar e aos atletas mais destacados das selecções nacionais, que nos primeiros anos da independência do País tanto honraram o desporto nacional, alguns dos quais em situação pessoal verdadeiramente caótica, pedindo pelas ruas. Isso não ilustra, ter sido protagonistas muito determinados no nosso desporto, são conhecidos publicamente, porque durante a sua vida desportiva fizeram-se conhecidos do público e agora esse mesmo público os vê pedindo nas ruas.

É isso que eu queria dizer ao Sr. Primeiro-Ministro e espero que sejamos capazes, sobretudo em relação ao Ministério da Educação, de encontrar a maior dignificação para a cultura nacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pires Neto, para uma intervenção.



O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — S. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Hoje, muito sinceramente, eu queria ficar calado um pouquinho, ouvir e analisar, mas como sou daqueles indivíduos que não aguenta ver coisas que lhes picam sem reagir, venho aqui apenas para pedir alguns apoios. Não tenho soluções, não trouxe dados concretos, mas venho pedir o apoio de todos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, com ajuda do Sr. Presidente, queria pedir um apoio, principalmente aos que são peritos em Matemática. Eu pelo menos queria pedir a todos que fizéssemos um esforço para a construção do campo de futebol da Trindade. Não trouxe proposta concreta, porque olhei ali na rubrica desporto e não há possibilidades, tentei de toda maneira, mas não há hipótese de tirar verbas. Eu queria associar-me aos senhores, para tentar assaltar verbas de outros. Vamos assaltar, porque é para o povo, podemos fazê-lo publicamente, tentar ver se conseguimos um bocado de verba nos outros sectores, não digo para dar início, mas sim para acabar, porque sei que na cidade da Trindade há um segundo campo que está aí na direcção da Roça Santy, para quem conhece o Distrito, que já está aberto. A empresa é do Sr. António Dolores, sei que esse senhor também é acessível e gosta de futebol e se conseguíssemos um bocado de dinheiro, talvez o senhor nos ajudaria a acabar aquele campo, porque estamos mesmo a precisar de um campo de futebol na Trindade.

Meus senhores, gosto de certificar as coisas, mas disseram-me que a empresa já recebeu 750 milhões de dobras para dar início à obra do campo, já iniciou há alguns meses e agora está parado. Quer dizer que falta mais uma pequena parte da verba para acabar o campo. Se os senhores pudessem ajudar-me a encontrar uma verba, em qualquer dos sectores, também é de São Tomé e Príncipe, para ajudar a acabar o campo de futebol da Trindade, para mim seria uma satisfação.

Srs. Ministros, Srs. Deputados, se eu exceder um pouco, os senhores me desculpem, estamos a falar da Saúde, mas tudo que vou falar agora é de Saúde e Educação, porque se não houver energia, não haverá saúde, não haverá educação, não se pode estudar, é uma corja de coisas misturadas.

Sr. Ministro, ontem eu fui informado de que há pessoas de má-fé que ainda estão no País e que querem mesmo destruir o País. Na zona de Batepá, em Pedro Mateus, assaltaram o fio de energia, aqueles cabos trançados, e tiram 300 metros de fios. Meus senhores que tristeza! Uma pessoa em sua casa a assistir a televisão, a criança a estudar ou uma coisa ou outra, e quando assusta, não há energia. Como já há esse nosso hábito de apagão, pensamos que é, afinal é um outro senhor que trabalha na EMAE à noite, tem que ser, com equipamento, e corta 300 metros do fio. Meus senhores, temos que dar uma mão a algumas pessoas para trabalham sobre isso. Sei que é contra os direitos humanos, mas deixar os assaltantes fazerem o que querem, esse direito está a ser de mais!

*Risos gerais.*

Na mesma zona, há 6 meses, levaram os 1600 metros do mesmo cabo. Isto já está a ser de mais! Portanto temos que tomar uma medida contra essa situação. Não podemos deixar que isso continue, porque se não qualquer dia, enfim...

Mas estou também a pensar numa outra coisa, Srs. Membros do Governo, que podíamos fazer. Quem deve vender esses cabos, para mim, é só a EMAE. Os senhores sabem o que está a acontecer? Eles cortam e vão vender mais barato para outras pessoas. Devia ser só a EMAE a vender e a trabalhar com esses cabos. Agora toda gente vende, os nigerianos trazem todos tipos de cabo e vende-se nas ruas. Eles também vão cortar e vendem mais barato. Sr. Ministro, isso não é de hoje, mas temos que tentar acabar com isso.

Outra situação também que não tem só a ver com o Governo, mas com todos nós é a questão que surgiu há uns meses. Há um produto que se vende aqui na rua que se chama, na língua corrente, «veneno de rato». Sabem o que está a acontecer? Está a matar mais gente do que os próprios ratos. Isto é uma preocupação. Vê-se pessoas na rua com aquilo num plástiquinho, dizendo «veneno de rato». Isso é perigoso. Eu sei que os senhores sabem, as pessoas que vão ao hospital, nós que estamos aqui sabemos que há pessoas que se matam com isso. Se não houvesse isso à venda publicamente, era difícil uma pessoa, com tanta facilidade, matar-se. Portanto, estou contra essas situações, não sou eu a acabar com isso, mas tem que ser todos nós a tomarmos medidas. Esse remédio tem que ser vendido em lugares próprios.

Os senhores sabem o que um nigeriano disse na praça a um colega, como brincadeira, mas que é grave? «Vocês dizem que cosa de nigeriano no é bom, no é bom, mas remédio de rato é uma bomba». É verdade!

*Risos.*

Agora vou interpelar a Mesa. Eu já sei que o Sr. Presidente....

O Sr. **Presidente**: — Termina a sua intervenção.

O Sr. **Adelino Pires Neto** (MDFM/PL): — Eu sei, mas vou criticar, começando pela Mesa. Sr. Presidente, relativamente à distribuição do tempo, quando são 210 minutos, o MDFM/PL tem 5; quando são 60 minutos, o MDFM/PL tem 3. O senhor anunciou há bocado, no início do trabalho, que havia 300 minutos e deu ao MDFM/PL apenas 5 minutos.

Meu amigo, eu reajo rapidamente a essa distribuição, porque está muito mal. Os senhores comeram tudo e eu continuo com um bocadinho. Cada vez que cresce, eu continuo com a mesma quantidade. Não pode ser!

*Risos.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quero esclarecer-lhe que estamos a trabalhar na base do Regimento. Mesmo quando o Sr. Deputado tem 5 minutos, nunca falou apenas 5 minutos. Por exemplo, acabou de falar 7 minutos.

Srs. Deputados, quero anunciar que o MLSTP/PSD tem 6 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marçal Lima.

O Sr. **Manuel Marçal Lima** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Sr. Presidente, venho aqui para manifestar a minha preocupação em relação a um assunto que já apareceu aqui neste Plenário talvez uma vez e que até hoje não aparece que tem a ver com a área de Saúde, estudos para um centro de hemodiálise em São Tomé e Príncipe. Não sei se isso é algo não viável para São Tomé Príncipe, mas o certo é que isso constitui um fardo social muito pesado para algumas famílias são-tomenses. Daí que gostaria de saber se é possível, como proposta, introduzirmos no orçamento um estudo sobre este assunto, para vermos se é ou não viável.

Outra questão tem a ver com a problemática de abastecimento de medicamentos e outros consumíveis ao nosso hospital de referência, o Sr. Deputado José Viegas falou profundamente sobre este assunto. Nós somos pobres, mas de vez em quando damos sinais de que somos miseráveis. De vez em quando nos confrontamos com a ausência de elementos básicos no hospital de referência em São Tomé e Príncipe, o que não é permitido. Eu acho que temos que encontrar medidas ou modelo de organização que permita que não possa faltar seringas descartáveis, comprimidos. Muitas vezes é o cidadão que leva o doente que tem que voltar à cidade, para ver se encontra esse ou aquele medicamento que é básico. Há medicamentos que a gente até pode entender. Há qualquer coisa que está a falhar e é necessário, de uma vez por todas, combatermos isso.

Outro problema também é o facto de termos vindo aqui a falar de problemas nacionais e dizia alguém aqui que há muitos sectores em que não há motivação para o trabalho. É preciso analisar isso profundamente, porque as pessoas têm que trabalhar motivadas, têm que brilhar naquilo que fazem. Em São Tomé há uma incapacidade muito grande sobre essa matéria, a todos níveis, trabalho prestado pelos técnicos nacionais, pelo serviço nacional de relevo nacional. Não se vê! É necessário que haja um incentivo alguma motivação, para que as pessoas assumam as suas tarefas com maior empenho.

Outra questão que também já foi abordada aqui, é o problema de pensão da reforma das pessoas que trabalham toda a sua vida de facto e alguns com muita dignidade, mas quando reformam têm um salário que não dá para manter a necessidade que têm em casa. Eu acredito que não há má fé nisso, o País não tem, mas não é possível haver também um estudo e um trabalho que permita que essas pessoas que provam ter casas há muito tempo e que se aposentaram terem algum benefício com relação ao uso de electricidade em sua casa. Já é uma forma de pelo menos nós irmos minimizar, porque é nessa idade a pessoa tem menos mobilidade, é mais doente e tem menos força que o que recebe não dá para comer uma semana. Portanto, tudo que a gente poder fazer socialmente para permitir que a pessoa possa ter outros benefícios, deve ser feito, como material de estudos pelo menos.

Por último, que também tem peso social, há um projecto de estrada que diz «Palha, Cabeça Cal, Bombom». Esse projecto fica incompleto se não se associar a estrada de Cerâmica a Palha. É um troço pequeno, talvez menos de 1 km, mas que tem muitos habitantes. Portanto, eu coloco esta questão apenas para que, sendo possível, se veja o que pode ser feito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros, mas quero comunicar que o MLSTP/PSD tem apenas 2 minutos.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo:

Sr. Ministro da Saúde, venho pedir um esclarecimento, porque fiquei com uma dúvida sobre a questão de evacuação de doentes. Portanto, há uma rubrica aqui «Emergência Sanitária», mas não está discriminada. Portanto, até onde eu sei, para o caso do Príncipe, existem evacuação de urgência, de emergência e de rotina. Portanto, aqui só diz «emergências sanitárias».

Daí que gostaria de um esclarecimento, porque esse processo de evacuação de doentes tem passado de várias formas. Houve um governo em que isso era feito na Região Autónoma do Príncipe, no anterior governo isso passou a ser feito com o Governo Central e não sei como é que vai ser feito com este

Governo, em que pé ficou e como é que foi discutido com o Governo Regional. É uma questão que me preocupa muito. Quero saber como é que estamos a lidar com essa questão, que é uma matéria muito preocupante para salvar vida das pessoas da Região Autónoma do Príncipe.

Sr. Presidente, peço a sua permissão, acho que ainda tem alguns segundos, só para fazer um pedido ao Sr. Ministro da Educação. É um pedido no quadro do pedido que eu já tinha feito a este Governo, para tomar algumas medidas e pôr fim às inúmeras injustiças que se verifica contra a Região Autónoma do Príncipe, dessa vez vou falar da Cultura.

Em 2011, estive em casa a assistir a televisão e vi a «Deixa», a desfilar em Marrocos, quando a «Deixa» estava no Príncipe. Portanto, se a «Deixa» é do Príncipe, não pode haver «Deixa» São Tomé, para representar o País. Portanto, mesmo se for um filho do Príncipe, não está autorizado a formar um grupo de «Deixa» aqui. Ela é do Príncipe e tem que sair do Príncipe, para representar a Região em qualquer parte do mundo.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputado, nós esgotamos os tempos dos Grupos, mas ainda alguns Srs. Deputados inscritos.

Julgo ter havido intervenções suficientes e, porque os Srs. Deputados já não dispõem de tempo, damos a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro ou aos respectivos Ministros das áreas, para os esclarecimentos necessários.

O Sr. **Dionísio Leopoldino** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado está a evocar que artigo do Regimento.

O Sr. **Dionísio Leopoldino** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, é importante porque a questão que preciso levantar é relativamente...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado já não tempo.

O Sr. **Dionísio Leopoldino** (MLSTP/PSD): — Eu posso...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já não dispõe de tempo. Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, foram levantadas várias questões pelos ilustres Srs. Deputados, que fizeram a sua intervenção nesta área social, que estamos a discutir no âmbito das GOP e do OGE para 2013. Eu diria que foram evocados aqui problemas profundos, alguns deles estaremos em condições de, imediatamente, encontrar uma solução e outros infelizmente, tendo em conta a exiguidade dos meios, nós estamos a discutir o OGE, é que vemos quer as receitas correntes quer de capital, para fazer face às despesas correntes e de capital.

Temos um teto. É nesse quadro que nos devemos mover e infelizmente não dispomos de grandes margens de manobras. É o que temos estado a explicar a todos autores e parceiros de forma que haja um entendimento sobre aquilo que devemos fazer para prosseguir a tarefa ingente da estabilidade macroeconómica do nosso país, o saneamento das finanças públicas e o crescimento económico sustentado.

Sabemos para onde é que queremos ir, temos a noção clara do caminho que pretendemos percorrer para que São Tomé e Príncipe deixe de ser um país de braços estendidos, para ser um país que assume na plenitude os seus destinos. Não obstante todo o contributo que possa receber da comunidade internacional, no seu relacionamento com outros estados amigos, tem que deixar de ser um Estado que vive de braços estendidos, isto porque este OGE é efectivamente um orçamento realista, de rigor, de contenção e virado para a resolução dos problemas fundamentais do cidadão. Aí o sector social assume uma importância transcendental.

Disseram os Srs. Deputados e muito bem, relativamente à questão da Saúde, que era necessário reequacionarmos o nosso sistema de Saúde. Não é aceitável, não é admissível que no único hospital de referência falte medicamentos. Aí vou directamente para a questão colocada por um dos Srs. Deputados, que dizia: «O que é que este Governo está a fazer para que se saiba que não vai haver rotura de medicamentos em 2013?». Questão concreta, resposta concreta. Eu disse inicialmente, na apresentação do OGE e das GOP, que logo que chegamos, não esperamos por qualquer movimento reivindicativo legítimo da parte dos trabalhadores da Saúde para nos pormos em campo, na busca de soluções urgentes que o sector carecia.

Hoje, como eu disse aos Srs. Deputados, temos uma encomenda na ordem de 100 000 dólares de medicamentos e consumíveis que está estimado para os próximos 6 meses. Temos um plano para a importação de medicamentos para todo o ano de 2013 e temos contactos feitos com garantias de que teremos, para além disso, um apoio em medicamentos proveniente de alguns países amigos com os quais

temos muito boas relações e engajamentos foram feitos, ao mais alto nível, da ajuda em matéria de medicamentos e consumíveis cujas listas já foram expedidas pelo exterior.

Eu disse também aqui desta Tribuna aos Srs. Deputados que a nós estamos a negociar com o Instituto Vale Flor o projecto de requalificação do Hospital Ayres de Menezes. Estamos convencido que essa requalificação passa não só pela questão de organização dos diferentes serviços do sector. Temos um Banco de Urgência que está a ser reabilitado, reequipado com o concurso dos parceiros taiwaneses, temos alguns equipamentos no Hospital, como equipamentos para Mamografia e outros, que necessitam de ser postos em funcionamento, mas por falta de alguns equipamentos, não estão em funcionamento. Vimos no Bloco Operatório, por exemplo, um equipamento de Endoscopia avariado.

Nós estamos a fazer um levantamento, hoje temos a noção da situação do sector, porque contrariamente àquilo que algumas pessoas de má fé dizem, interessa-nos, porque não fazemos política com a vida das pessoas. Fomos postos a governar para resolver problemas, temos e vamos mostrar que temos capacidade de debelar os problemas mais cruciais que afectam as populações. Não é nenhuma miragem, nem afirmação desprovida de qualquer sentido. É noção daquilo que faz falta às pessoas.

Queremos dizer aos Srs. Deputados que, muito reconhecidamente, o debate agendado para amanhã para a questão da Saúde agrada-nos imenso e é exactamente esse exercício que devem fazer as pessoas que são representantes do povo, que se preocupam, que sabem exactamente o que se está a passar e estão a agir no sentido de prevenir a situação que possa comprometer o nosso futuro colectivo.

Um governo que elege como prioridade o combate à pobreza, o combate à exclusão, não pode se não ter um programa que reflecta efectivamente essa preocupação, Saúde e Educação. Saúde, porque sem saúde não se consegue produzir, não se consegue fazer absolutamente nada. É necessário que haja uma política coerente e consequente em termos de saúde nas suas mais diversas facetas e Saúde em toda a extensão do Território nacional. Não pode ser só saúde para alguns, mas para todos na verdadeira acessão da palavra e por isso a questão que foi levantada aqui, relativamente à questão de evacuação sanitária, quer inter-ilhas, quer para o exterior do País.

Srs. Deputados, neste OGE está previsto, não posso dizer, mas o Sr. Ministro dirá com maior propriedade do que eu onde está exactamente colocada a verba para a questão de evacuação sanitária, porque é um problema grave que foi levantado aqui pelos Srs. Deputados nacionais para a Região Autónoma do Príncipe e com questões bem colocadas. No quadro do esforço nacional, temos que encontrar uma forma de suprir os problemas de descontinuidade geográfica. Nós não estamos amarrados a atavismos, desde o início que dissemos que vemos o País no seu todo e, portanto, não poderemos ter outra atitude se não aquela que vai no sentido de poder ajudar a resolver os problemas com que se depara o País, de uma forma global.

Temos a evacuação para o exterior do País, por várias razões, e queria dizer aos Srs. Deputados que eu tenho notado alguns progressos que temos estado a fazer, em matéria sobretudo da comunicação, a questão do cabo, que fez com que houvesse uma velocidade muito maior da Internet, o que vai permitir-nos fazer progressos consideráveis a vários níveis. Eu diria que nós estamos a viver quase uma mini-revolução. Nós vimos o que foi dito, e é um processo que começou já há anos e contínua, e hoje diria aos Srs. Deputados que está praticamente adjudicada à operadora UNITEL.

No quadro da exploração, haverá uma nova operadora em São Tomé e Príncipe, portanto as coisas estão a ser finalizadas. Mas o que eu queria sublinhar é que a tele-medicina é um factor que vai permitir-nos reduzir as evacuações sanitárias que têm peso terrível no nosso OGE e também uma fatia da nossa Cooperação com Portugal vai para a questão das evacuações, e a este título posso citar a questão da hemodiálise. Sobre a problemática da hemodiálise falo com conhecimento de causa, porque fui embaixador em Portugal durante 1 ano e lidei directamente com os doentes hemodialisados e sei o que é que é. Eu não fazia a mínima ideia do sofrimento das pessoas que são hemodialisadas duas, três vezes por semana, fui à residência delas e vi, para além de desterro a que estão sujeitas, porque não podem voltar para a terra natal. Imaginem o que é sermos arrancados do nosso habitat para sermos condenados a viver *sine die*, no estrangeiro, por uma enfermidade. Daí toda a pertinência da questão que foi levantada cá.

Gostaria de dizer que seria bom que pudéssemos equacionar todo este problema, mas quero dizer-vos que é um problema muito sério, porque o mínimo deslize leva à morte das pessoas. A água tem que estar em condições satisfatórias, a luz e depois há outros consumíveis que temos que ter para garantir que os doentes hemodialisados não corram esse risco.

Tem havidos algumas propostas que nos têm sido feitas, temos estado a examiná-las com muita prudência e estamos também a seguir a evolução ao nível dos outros países como Cabo Verde, que hoje dispõe de um centro de hemodiálise. Temos que ter a tranquilidade necessária, a paz para fazer trabalhos sérios, trabalhos que interessam o cidadão, sem qualquer interesse pessoal e individual. Temos que olhar para as tarefas que são ingentes e que resolvam os problemas das populações. Estamos a seguir com atenção, estamos a atentar equacionar esses problemas todos, como o problema do oxigénio que falamos aqui.

Tudo isto para dizer aos Srs. Deputados de que a saúde vai continuar a ser e será sempre a nossa prioridade durante a nossa missão.

Ouvimos a Sra. Deputada Filomena Pina dizer aqui que houve compromissos que foram feitos, quer no domínio da Educação quer da Saúde, no Príncipe, e que até hoje não foram respeitados. É esta herança que recebemos, compromissos feitos e promessas não cumpridas, e vamos olhar para elas e, nos limites das capacidades orçamentais, vamos ver como poderá acomodar a preocupação que foi apresentada aqui pela Sra. Filomena Pina, no quadro das promessas feitas pelo anterior governo.

Temos que fazer uma discussão rápida e espero que amanhã tenhamos oportunidades de abordar todos os problemas que nos colocam ao nível da Saúde. Eu digo abordar não no quadro orçamental, mas há um problema que é a discussão que deve ser feita a nível nacional sobre a problemática do nosso sistema de Saúde, como também acho que deve haver uma discussão muito séria sobre a problemática da Educação em São Tomé e Príncipe.

A Sra. Deputada Edite Salvaterra Pinto, conhecedora da Educação, uma pessoa que dedica a sua vida à formação do homem são-tomense, disse coisas aqui que também tomámos boa nota. Nos primórdios da independência, tínhamos muito mais apego pela questão da Educação e fizemos progressos significados em matéria de Educação. É preciso reconhecêmos! Fizemos progressos significativos em matéria de massificação do desporto.

Eu quero render-me à evidência, relativamente àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Albertino Bragança sobre os nossos atletas que constituíram a nossa glória, cada um tem a sua glória. Que fizeram coisas muito boas e que levantaram bem alto a bandeira nacional e que hoje estão na miséria, quer a nível do desporto quer a nível da nossa música. Isso leva-nos a uma reflexão sobre a forma como reconhecemos as pessoas que contribuem para que o bom nome de São Tomé e Príncipe seja elevado.

Nós temos uma coisa, Srs. Deputados, que também deve constituir, no meu entender, motivo de reflexão. Nós não estamos a contribuir para a edificação da Nação são-tomense e o que se tem passado aqui no nosso País torna cada vez mais difícil aglutinarmos os são-tomenses em torno de objectivos comuns, devido aos nossos interesses umbilicais e egoístas. É o auto flagelo sistemático.

Enquanto vemos países lusófonos, como nós, em que o cidadão demonstra o seu apego por aquilo que é nacional, mobiliza-se para defender as cores da bandeira nacional, nós estamos sempre, sempre nos meios da comunicação social a denegrir aquilo que é nosso, a dar a pior imagem do nosso país, isso é feito de forma propositada!

Eu estou de acordo que nós tenhamos que ter uma atitude completamente diferente relativamente aos nossos valores culturais. Temos que fazer tudo para que perpetuemos aquilo que é nosso, para que haja transmissão às gerações futuras. Os nossos valores culturais estão muito em baixo!

Em relação ao nosso Museu e ao nosso Arquivo Histórico, concordo perfeitamente que tenhamos que ver, no quadro da exiguidade, o que podemos fazer para melhorar substancialmente a nossa acção, no sentido de poder conferir dignidade a esses sectores, que são os depositários da nossa memória colectiva. Isto leva-me a pensar num quadro jurídico que ainda não existe, que a lei do Mecenato, em matéria do desporto e em matéria da cultura.

Eu, preocupado com a questão da Saúde, pensei que faria todo o sentido que nós criássemos um fundo nacional de Saúde, que para além das verbas que estão destinadas pudéssemos dispor de meios que iríamos buscar no interior do nosso país. Por exemplo, deveria haver taxas, não é sobrecarregar, eu disse aqui, mantenho a questão dos impostos e que sejamos prudentes relativamente a essa questão, sobretudo para não castrarmos às empresas a sua capacidade de financiamento, mas podemos ir buscar no álcool e no tabaco algumas taxas suplementares para financiarmos esse fundo nacional, onde poderíamos, eventualmente, adquirir medicamentos e outros consumíveis, sem sobrecarregar as empresas.

Srs. Deputados, falo no consumo daquilo cujo uso excessivo é nocivo para a saúde, para podermos financiar o nosso sistema de Saúde. Quando visitei o Hospital, deparei com a situação do consumo excessivo do gesso, devido aos acidentes que ocorrem no nosso país, e pensei numa coisa, há no nosso país uma lei de seguro obrigatório e só não há um decreto de aplicação dessa lei. Portanto, há uma omissão regulamentar. Se eu evoco isso é porque nós falamos aqui da questão de recuperação de custos. Nenhum Estado com a nossa debilidade, que não tenha meios extraordinários, consegue auto sustentar-se relativamente aos custos não recuperáveis em matéria de saúde, tal como nós verificamos aqui no nosso país. Porque há muitos acidentes, sobretudo de viação, eu estava a ver como uma das vias possíveis termos o seguro obrigatório.

Haveria sempre alguém culpado num acidente e isso permitiria ao Estado recuperar dinheiro para ajudar a financiar o sector da Saúde. Aplicando a lei do grande número, estou convencido que o seguro não ficaria por aí além às pessoas. Hoje, como não é obrigatório, um seguro fica a 200, 250 dólares, no mínimo. Com a aplicação do seguro obrigatório para toda a gente, teríamos capacidade de fazer muitas outras coisas, por exemplo, baixar o custo e fazer com que as pessoas que são vítimas de acidente não fiquem prejudicadas. Por exemplo, há pais de família que ficam amputados, que ficam sem capacidades físicas para trabalhar e não há uma espécie de fundo automóvel obrigatório, onde se possa ir buscar dinheiro para se poder ressarcir as pessoas cujo causador do acidente não tem meios para pagar e não está segurado. Acho que deveríamos pensar nessa vertente como forma de minimizar a falta de meios para permitir encontrar dinheiro para pôr no nosso sistema de Saúde.

Sras. e Srs. Deputados, é verdade que houve uma magna reunião sobre a questão da Educação e temos que ter a capacidade de implementação das decisões que são tomadas, rever aquelas que não são as melhores, mas hoje tudo indica que o nosso sistema de Educação carece de ser revisto.

Disse aqui um Sr. Deputado que um indivíduo com 8.<sup>a</sup> classe dá aulas no ensino básico. A pior coisa que ele pode fazer é a transmissão da ignorância.

*Murmúrios.*

Quer dizer, se nós quisermos ter homens de amanhã, capacitados para poder desenvolver este país, temos que pensar no nosso sistema, temos que saber exactamente como é que funciona o nosso sistema de Educação. Não podemos primar pela quantidade e deixar a qualidade. Um país que quer garantir o seu futuro deve apostar no homem e homem de qualidade.

Formação profissional, não é qualquer formação. Formação virada para o nosso desenvolvimento, sabermos exactamente para onde é que vamos e formar as pessoas em função daquilo que pretendemos para o futuro.

Os médicos diziam no hospital que havia uma grande falta de formação. Ora, num sector como o da medicina, se não actualizarmos os médicos, o que é que estamos à espera? Se não permitirmos que haja especialidade, o que é que estamos à espera?

É a mesma coisa na Educação. Portanto, é urgente que façamos isso e é urgente também que repensem o nosso sistema de Educação e que possamos permitir aos nossos estudantes que tenham um sistema de ensino com melhor qualidade.

Não podemos continuar a fugir à problemática do reconhecimento dos diplomas. Acho que é fazer a política de avestruz e meter a cabeça debaixo da areia.

Temos que ter a nível do Ministério da Educação sectores capazes de homologar os cursos de forma que as pessoas que tenham o seu diploma possam tirar todo o partido dele e fazer isso de uma forma serena. Ver esses cursos todos que são ministrados aqui, com olhos de ver, ter protocolos com as universidades, pagar as bolsas de estudos para viabilizar, digamos, os estabelecimentos de ensino superior, funcionarmos de uma forma organizada, Srs. Deputados, de forma que o País possa saber para onde é que vai. Portanto, tudo aquilo que foi dito aqui, acho que tem toda a sua razão de ser, tomamos boa nota, estamos empenhados em poder, dentro das nossas possibilidades, resolvê-los e, sem a solução deles, não iremos a lado nenhum.

Portanto, há medidas de carácter urgente que devem ser tomadas, há medidas de longo prazo e há medidas que são de longo prazo. Portanto, é o que se nos oferece dizer e eu passaria a palavra aos Srs. Ministros de cada uma das áreas sociais aqui em discussão para que entrem em detalhes sobre as questões que os Srs. Deputados levantaram aqui, para vermos se saímos daqui efectivamente com a melhor harmonização possível para o bem-estar de todos nós.

**O Sr. Presidente:** — Sras. e Srs. Deputados, quando não observamos rigorosamente as normas, nós nos derrapamos e, de vez em quando, alguns ficam aborrecidos, desnecessariamente. Fiz um esforço para respeitar a tradição, mas fui incompreendido. Nós fixamos um tempo para cada um dos grupos parlamentares e esse tempo foi largamente ultrapassado. O Sr. Deputado Pires Neto fez referência a discriminação e aconselho-o a ler o artigo 158.<sup>o</sup>.

No respeito rigoroso, tem o mínimo de 3 e o máximo de 5 minutos, mas tendo em conta o espírito do debate, eu tenho estado a permitir que todos, mas todos os Srs. Deputados que fizeram o uso da palavra ultrapassassem o seu tempo.

Relativamente ao meu colega Dionísio Leopoldino, quero chamar-lhe atenção também para ver alguns articulados do Regimento, para permitir que a nossa discussão continue a desenvolver-se com a qualidade que temos desde o princípio. Sr. Deputado, faça o favor de ler o artigo 99.<sup>o</sup>, para evitar aborrecimentos desnecessários.

Vamos continuar e gostaria de convidar, com a sua permissão, Sr. Primeiro-Ministro, o Sr. Ministro da Saúde, para fazer o uso da palavra.

**O Sr. Ministro da Saúde e Assuntos Sociais (Leonel Pontes):** — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de começar por potenciar a ideia de muitos que me precederam, dizendo que os problemas da Saúde e da área social são diversos e estão muito enraizados ao longo dos tempos. Penso que diante da exiguidade de recursos de que dispomos temos que, de forma pertinente, saber eleger as prioridades, olhando para estes problemas, no sentido de ir debelando as dificuldades da nossa população em relação a esses problemas.

Gostaria de dizer que os problemas existem a vários níveis, nomeadamente nos dois níveis de prestação de cuidados de Saúde. Portanto, há o nível periférico, constituído pelos centros e postos de Saúde, conforme a configuração actual do sistema, e há um nível de referência, que é o único hospital que nós temos em São Tomé.

São problemas que aqui já foram evocados por Sua Excelência Primeiro-Ministro, pelos ilustres Deputados e Deputadas, relacionados com a penúria de recursos humanos, de forma geral, relacionados, particularmente, com a penúria de especialistas em vários domínios; são problemas relacionados com as infra-estruturas, portanto, a qualidade, a quantidade de infra-estruturas de que dispomos no âmbito do nosso sistema de Saúde; são problemas relacionados com o imobiliário, que deve existir de forma adequada para permitir-nos a prestação de cuidados de Saúde com a mínima qualidade desejável; são problemas relacionados com os medicamentos, particularmente, no que se refere ao seu abastecimento e após o abastecimento o que está intimamente relacionado com o seu consumo, portanto, o consumo que deriva da prestação do profissional de Saúde e o consumo que muitas vezes é feito de forma irregular, porque está relacionado com o problema da gestão e da planificação.

Penso que temos aqui um grande desafio de podermos, em menos 18 meses, dar resposta aos gritantes problemas, repito, aos gritantes problemas. Dos que foram aqui enumerados, são vários e requerem intervenção urgente e na abordagem do Sr. Primeiro-Ministro, há pouco proferida, pudemos nos aperceber de que o Governo tem se engajado e feito um conjunto de expedientes que têm permitido encontrar respostas a esses problemas que foram levantados...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, desculpe pela interrupção. Eu queria pedir-lhe que, tendo em conta que amanhã vamos ter um debate sobre a Saúde, concentrasse a sua intervenção de hoje sobre as questões atinentes ao OGE e às GOP, deixando os aspectos genéricos para a parte de amanhã.

O Sr. **Ministro da Saúde e Assuntos Sociais**: — Entendo que algumas questões foram já respondidas, passaria então a responder, de forma específica, a outras que não tiveram ainda esclarecimento.

A Sra. Deputada Filomena Monteiro havia levantado duas questões, uma relacionada com a Lei SAFE e também fez referência à situação que se relaciona com a construção e reabilitação dos centros de Saúde. Em relação a isso, gostaria de dizer o seguinte: começando pela preocupação em relação à produção, os serviços de Saúde hoje produzem receitas e essas receitas encontram, digamos, uma certa dificuldade na sua aplicação, ou seja, no que concerne ao retorno. São produzidas, são levadas ao Tesouro e o que se verifica é que no Tesouro há uma porção que resta, em função do que a Lei SAFE orienta.

Isto para nós tem provocado uma situação de retracção do processo de financiamento ao sistema de Saúde. Avanço um exemplo: se produzirmos, em termos de receitas, 100 000 dobras, hipoteticamente, depositamos na conta do Tesouro os 100 000 dobras e o que retorna para os serviços de Saúde são 35% desse valor. Imaginemos que é o dinheiro necessário para a compra de reagentes para o laboratório! Tínhamos 100, produzimos com esse montante alguma receita, 100% dela volta para o Tesouro e só 35% é que é devolvida aos serviços de Saúde. O expediente que se vai fazer com 35% necessariamente já é um expediente menor, em termos de compra, e do volume que se vai obter desse dinheiro. Portanto, reparem que se vai progressivamente encontrando uma situação de diminuição de receitas, o que leva necessariamente à falência dos serviços de Saúde. Então, é apenas para poder reforçar a ideia de que urge trabalharmos no sentido de rever a Lei, fazendo com que de facto se encontre o melhor formato do financiamento de Saúde por via desta Lei.

Em relação à questão das casas em reabilitação, gostaria de dizer que temos inscrito no Orçamento Geral do Estado verbas para a reabilitação de dois postos de Saúde no distrito de Cantagalo, como referiu a Sra. Deputada Filomena Monteiro, portanto, trata-se do Posto de Saúde de Água Izé e do Posto de Saúde de Riboque – Santana. No entanto, gostaria de dizer que é nossa intenção, de facto, melhorar a qualidade das infra-estruturas, no sentido de motivar os nossos quadros para se fixarem, porque isso é uma das estratégias que vai permitir, certamente, a melhoria dos cuidados de Saúde ao nível dos distritos, fazendo com que o filtro dos pacientes que passam directamente aos serviços centrais seja feito de forma adequada. Portanto, há necessidade de criar condições a nível dos distritos para melhorar as condições de trabalho e, sobretudo, condições de habitabilidade.

Em Angolares, gostaria de dizer que a preocupação foi tida em consideração, o que fizemos foi inscrever uma verba de 2 mil milhões, aqui está plasmado no orçamento, para a construção, porque nos outros distritos já existe este tipo de acolhimento para os técnicos e não existia até o momento em Angolares. Portanto, para o Distrito de Caué, vamos construir habitação para médicos e para enfermeiros.

Deste volume, estamos convencidos que se tratando apenas de uma intervenção que será no posto de Saúde, refiro-me ao Posto e Centro de Saúde de Angolares, requer alguma intervenção, mas particularmente uma intervenção no âmbito de pequenos retoques. Pensamos que 2 mil milhões destinados a isso poderão permitir que se façam pinturas e pequenos retoques no centro de Saúde de Angolares.

No âmbito do orçamento, existe uma verba a que se pode fazer recurso, permitindo, de facto, fazer pequenos ajustes lá onde eventualmente encontrarmos dificuldade financeira, eu aqui cito no capítulo «Encargos Gerais do Estado». Isto para dar resposta à preocupação da Sra. Deputada Filomena Monteiro.

Em relação à questão que levantou o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, relativamente a carreira, portanto, eu gostaria de dizer que o âmbito da carreira aborda os médicos, enfermeiros, parteiras e outros profissionais de Saúde, tanto do laboratório, da farmácia, etc.

Em relação à Associação «Socorros Mútuos», no passado, particularmente no ano 2012, nós sabemos que houve a intenção de se utilizar aquele espaço para a construção do Centro de Saúde da Trindade. Portanto, é um expediente que nós encontramos, mas com alguns constrangimentos, isto é, não foram tomadas todas as precauções no sentido de conhecerem o que de administrativo houvesse à volta do espaço. Esses constrangimentos nos fazem repensar na perspectiva de encontrar um outro lugar e, naturalmente, poderá ser no recinto onde funciona hoje o Centro de Saúde da Trindade, para se levar a cabo a construção de outras alas que, por um lado, permitam o redimensionamento e, por outro lado, o funcionamento de uma forma muito mais capaz de apoiar a população que hoje ronda os 45 000 habitantes. Será um centro com capacidade de internamento, para pediatria, ginecologia, portanto, doentes de foro ginecológico e obstétrico e medicina, sobretudo adultos e crianças. É de referir que aquele centro tem valência para outros tipos de serviços, nomeadamente estomatologia, laboratório, farmácia, etc.

No que concerne à questão de modelo da Saúde, penso que o Sr. Primeiro-Ministro já fez alguma referência e eu particularmente entendo que sim, é necessário que se encare isso como uma necessidade e que se faça, num horizonte temporal curto, todo o expediente necessário na perspectiva de ver, mas não me refiro à reforma do sistema, naquilo que representa a sua composição de base ou de serviços de referência. Particularmente, cito aqui a necessidade de se ter uma visão clara daquilo que concerne ao financiamento do sistema da Saúde, como é que se deve pensar hoje o financiamento do sistema de Saúde. Ele deve ser público, público/privado ou privado? Vendo para essas três modalidades, qual pode ser, de facto, a melhor estratégia a adoptar na perspectiva do financiamento, da alimentação da verba para o funcionamento do sistema de Saúde.

Penso que o Sr. Delfim Neves levantou aqui uma preocupação bastante pertinente e actual, que se relaciona com a pensão. Essa questão, num dos discursos anteriores do Sr. Primeiro-Ministro, creio que foi tratada, houve um engajamento claro do Sr. Primeiro-Ministro, no sentido de se trabalhar na perspectiva do reforço do volume monetário que é destinado a essas pessoas.

Bom, no que tange à questão de apoio às pessoas portadoras do VIH, eu gostaria de dizer que temos uma verba de cerca de 1,3 biliões de dobras e a questão do apoio está incorporada aqui nesta verba. Portanto, o apoio, designadamente, é no que consiste ao fornecimento de alguns géneros, particularmente o leite, a essas pessoas. Temos o custo aqui para o funcionamento do programa e desse montante retirar-se-á o indispensável para o apoio a essas pessoas.

A questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Jorge Amado referente ao Centro de Saúde de Água Grande, um projecto que, segundo ele, foi reflectido conjuntamente com ele, enquanto Embaixador de São Tomé e Príncipe em Taiwan, com as autoridades são-tomense do XIV Governo, neste momento estamos a tomar contacto com as entidades taiwanesas, no sentido de melhor enquadrar esse projecto, na perspectiva de melhoria de condições de prestação de cuidados aos utentes e, como disse, neste momento não temos muitos elementos que nos permitam dizer com clareza o que vai ser feito. Estamos a trabalhar no assunto e muito brevemente poderemos trazer, mesmo nesta Casa ou num outro fórum, informações precisas sobre a situação.

A Sra. Deputada Filomena Monteiro fez referência aqui a uma questão que é pertinente, mas eu penso que é relacionada com a reforma antecipada das nossas cidadãs. O XIV Governo deve ter produzido, na altura, uma resolução ou uma lei que fez com que muitos profissionais, particularmente da Saúde, fossem retirados do sistema, especialmente as senhoras com 57 anos, quando ainda têm muito para dar e, sobretudo, tendo dado muito e tendo experiências, que são exactamente o recurso, portanto, são pessoas a quem se recorre para poder orientar os mais novos.

Também tem tido acolhimento toda a solicitação que vem por parte dos profissionais da Saúde e os seus dirigentes, na perspectiva de se reequacionar essa questão. Penso que está a ser trabalhada e, para já, a grande orientação saída de um dos Conselhos de Ministros é que se vai readmitir as pessoas, particularmente as da Saúde, que têm ainda forças e que estejam neste grupo etário.

No que tange ao abastecimento dos medicamentos, também penso que já foi tratada aqui a questão pelo Sr. Primeiro-Ministro e penso que com o que pôde esclarecer o Sr. Primeiro-Ministro e com o que agora acabo de esclarecer, penso ter esgotado, digamos, as preocupações das Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra, de imediato, com a permissão do Sr. Primeiro-Ministro, ao Sr. Ministro da Educação, Cultura e Formação.

O Sr. **Ministro da Educação, Cultura e Formação**: — Começaria por cumprimentar o Sr. Presidente e, através de si, as Sras. e Srs. Deputados desta magna Casa.

Sr. Primeiro-Ministro, com a sua permissão, vou tentar responder às questões que foram aqui levantadas.

Gostaria de agradecer, muito sinceramente, a contribuição das Sras. e Srs. Deputados a nível da Educação. Creio que o Sr. Primeiro-Ministro, em traços gerais, fez a contextualização da temática da sensibilidade do Governo em relação a esta matéria e gostaríamos de dizer que seguimos as intervenções com muita atenção, tomámos muito boa nota e vamos, enfim, fazer todo o esforço no sentido de conseguirmos cumprir e executar aquilo que está planificado.



Desde logo, permitam-me esta introdução, este Governo, como já foi aqui dito, está sobre o ditame do tempo, sensivelmente 18 meses, e há o dilema de recursos, prioridades e o prioritário. Portanto, vamos tentar equacionar tudo isso.

Vou tentar responder, talvez, não particularmente a cada um, porque há questões que foram abordadas por vários Deputados, mas eu começaria pela questão da qualidade da Educação. De facto, quando nós vemos o binómio quantidade e qualidade da Educação, temos que reconhecer, e eu concordo com muitas intervenções aqui havidas, que de 1975 a esta parte nós conseguimos ganhos quantitativos, portanto, ao nível da democratização, da massificação do ensino, hoje nós conseguimos atingir indicadores, praticamente garantindo a universalidade. Todavia, se a este nível da quantidade conseguimos esses ganhos, esse processo, há défices ao nível da qualidade e todo o nosso o esforço, o nosso acento tónico é, precisamente, ao nível da qualidade da Educação. Essa questão da qualidade é regida, primeiro, pela qualidade dos profissionais da Educação, daí que tudo estamos a tentar fazer e tanto ao nível do Orçamento Geral do Estado como das Grandes Opções do Plano vinculamos a carreira docente, no sentido de dignificarmos a classe docente, de conseguirmos fixar e fidelizar os profissionais da Educação e, enfim, poder atrair novas competências para a Educação.

Neste âmbito, eu responderia à preocupação da Sra. Deputada Filomena, creio, não há redundância em relação à formação de professores. Temos um capítulo que é «formação de professores do Ensino Básico e Educadores». Portanto, essa verba está adstrita à Escola de Formação de Professores e Educadores, para a formação de professores do Ensino Básico, do 1.º e 2.º ciclo; depois temos «formação de professores para a melhoria do sistema educativo», aqui está Príncipe, portanto, é uma acção direccionada para o governo regional, e depois temos a formação de professores para o sistema de ensino. Aqui estamos a pensar em professores do Ensino Secundário e esta verba, possivelmente, o ISP poderá executar.

Levantou também a questão ao nível da pré-escolar. Como sabem, no quadro da Lei 2/2003, a pré-escolar ainda é um sub-nível facultativo. Naturalmente que há todo um esforço no sentido de rever a lei, para que pelo menos, dos 3 aos 5 anos, o Estado possa começar, digamos, a assumir essa franja, para conseguirmos ganhos qualitativos ao nível dos primeiros anos do Ensino Básico.

Permitam-me também que vos diga que a pré-escolar, neste momento, num universo de cerca de 30 000 crianças, praticamente escolarizamos menos de 30%.

Portanto, há um esforço muito grande a ser feito, tanto em termos de quantidade como em termos de qualidade. Todavia, ao nível desse sub-nível, temos que fazer apelo ao poder local. É preciso que o poder local invista também nessa área e aqui tomei boa nota, relativamente ao Jardim de Infância de Conde. Vamos ver como poder dar vazão à implementação dessa preocupação.

Em relação a Alto Douro, de facto é Distrito de Cantagalo, foi um lapso e, como eu dizia, não só fazer apelo à intervenção do poder local, mas ao empresariado nacional. É perfeitamente possível e já começaram a surgir algumas iniciativas, alguns Jardins, no quadro do Ensino Privado e Cooperativo, Lei 11/1993. É possível investir nesta área, porque a carência, de facto, é grande. No início de cada ano lectivo, muitas vezes, há bichas intermináveis, a altas horas da noite, para as pessoas conseguirem inscrever os seus filhos. Portanto, registei e tomei muito boa nota relativamente a isso.

Em relação à formação de professores, portanto, essa questão foi bastante badalada aqui e nós temos perfeita consciência, daí que neste momento há todo um esforço, digamos, em termos de reforço das capacidades da Escola de Formação de Professores e Educadores, tanto em termos de formações iniciais, formações em exercício, formações contínuas, formações à distância, e é bem-vinda a chegada do cabo submarino, que nos permitirá, enfim, através das TIC, resolver o problema do ensino à distância e, naturalmente, a formação ao longo da vida.

Portanto, eu já fiz referência também a carreira docente.

Estou a abordar questões que praticamente foram transversais, que vários Deputados abordaram.

Outra questão tem a ver com o transporte escolar. É um «cancro» que nós temos, mas enfim, é um sector vital, é um sector de apoio social fundamental. Nós neste momento estamos a cobrir, praticamente, todos os distritos, com excepção de Caué.

Como sabem, sensivelmente temos 17 autocarros. Três estão inoperantes, portanto, estão 14 em funcionamento. Nós temos esses autocarros, que têm mais de 10 anos de funcionamento e a uma lotação que diariamente chega ao dobro da sua capacidade. Portanto, praticamente funcionam a meio gás, uma semana a funcionar, na estrada, e uma semana na oficina.

Temos, por exemplo, os três autocarros de fabrico TATA, os últimos que a cooperação senegalesa nos ofertou, há problemas sérios com esses autocarros na aquisição de peças sobressalentes. Essas peças não existem e sabe Deus como é que esses autocarros ainda estão a funcionar. Tanto os de marca TATA como os de marca Hyundai, mas esses nem tanto. Daí que tivemos que alojar esses 2 mil milhões para dar um sinal, mas reconhecemos que é insuficiente.

Em relação às bolsas de estudo, esta preocupação está aqui espelhada, neste momento há um esforço no sentido de tentarmos equilibrar os pratos da balança entre o esforço que fazemos no investimento das bolsas no exterior e o reforço das capacidades ao nível interno para, enfim, darmos um novo alento, um novo oxigénio às formações do ensino superior ao nível local. E em relação a isso, temos cerca de 5 mil

milhões ao nível do PIP, mas temos também no orçamento corrente, para as formações internas, cerca de 8 mil milhões de dobras.

Relativamente à avaliação de desempenho, estou perfeitamente de acordo, nós ao nível do sistema, neste momento, temos que avaliar e a Sra. Deputada Edite Salvaterra falou precisamente dos estudos, da necessidade, e conjuntamente com os parceiros estamos a ver formas de dar respostas a essa preocupação, que é fazermos a avaliação do desempenho do próprio sistema educativo, a sua eficácia, a sua eficiência, podermos tirar ilações e, enfim, encontrar soluções mais adequadas. Mas não é só avaliar o desempenho do sistema. Temos que avaliar o desempenho dos próprios professores, dos gestores e administradores escolares, mas também o processo da reforma. Nós praticamente chegamos ao fim da reforma do Ensino Básico, de seis classes, universal, obrigatória e de qualidade. Portanto, precisamos de fazer uma avaliação para tomarmos as medidas mais adequadas.

Há uma questão que não foi aqui abordada, mas que constitui a nossa preocupação, no quadro da reforma do Ensino Secundário, com o apoio da Cooperação Portuguesa, dita Escola+, que é ao nível do Ensino Técnico-profissional, porque, de facto, precisamos e vamos continuar a investir ao nível do Ensino Superior, mas há a necessidade imperiosa de investirmos também ao nível de quadros intermédios, ao nível de formação técnico-profissional, profissionalmente qualificante e ao nível da educação profissional. Portanto, há projectos pilotos ao nível do Ensino Secundário.

Falou-se aqui do 12.º ano, está no quadro, primeiro, do cumprimento da Lei de Bases, 2/2003, só agora é que nós conseguimos o ciclo completo do ensino secundário geral, mas reconhecemos que é preciso consolidar esse processo. É um processo que começou há relativamente 3 anos, os alunos começaram em 2009, estão neste momento a terminar o 12.º. Houve uma experimentação, este é o ano da generalização, mas teremos que acompanhar, terá que haver uma equipa de acompanhamento dos resultados.

Abordou-se também e eu estou perfeitamente de acordo, a problemática das certificações, dos diplomas falsos, da necessidade de reforçarmos as capacidades da Direcção do Ensino Superior, a inspecção ao nível do Ensino Superior, para que haja um maior controlo. Tomamos boa nota relativamente a isso.

Quanto aos nossos reformados, estou perfeitamente de acordo, leva-se muito tempo para formar um bom professor e aos 57 anos ou menos aos 62 anos, muitas vezes, quadros que estão na perfeita posse das suas condições físicas, psíquicas e profissionais. Teremos que acarinhar e continuar a trabalhar com esses quadros.

Por último, falou-se também da informação para formar, portanto, há sectores que são transversais, há trabalhos que temos estado a fazer ao nível da saúde escolar, com o apoio da FENUAP, mas é uma área transversal, toca também o Ministério da Saúde.

Falou-se também do desporto escolar, outra área importante e que toca também o Ministério da Juventude, vamos tentar mobilizar as sinergias para que, isso possa acontecer.

Ao nível da Cultura, penso que o Sr. Primeiro-Ministro brindou a Assembleia com aquilo que o Governo pensa fazer a esse nível, agradeço as Sras. e Srs. Deputados que intervieram com relação a essa questão, com particular destaque para o Sr. Deputado Albertino Bragança, e quanto a isso, eu gostaria de dizer que há muitas preocupações, algumas estão aqui espelhadas, temos no PIP o restauro do tecto do Museu Nacional, temos a preservação e a valorização da cultura nacional, temos o Festival Gravana, temos o subsídio para a Comemoração do 3 de Fevereiro, temos o Prémio Francisco Tenreiro, alargamento e apetrecho do Arquivo Histórico e o Centro de Estudos em Ciências Sociais.

Algumas verbas, se nós pudéssemos, naturalmente, gostaríamos de vê-las mais gordas, mas entendemos a dificuldade que tem o Ministério do Plano e Finanças na arbitragem de tudo isso.

Falou-se também, de forma indirecta, da Lei do Património, existe uma lei do património, portanto, uma lei que já foi aprovada, agora precisamos de regulamentá-la, sobretudo, pôr em marcha uma comissão sobre o património, que deve ser multissetorial e multidisciplinar. Há também uma comissão na forja sobre o património material e imaterial. Com o apoio da UNESCO, talvez, poderemos dar resposta à valorização e à preservação, sobretudo dos sítios e desde já, eu também, à semelhança do Ministro da Agricultura e Pescas, gostaria de associar-me para fazer o apelo no sentido de cada vez maior consumo dos produtos, dos bens e dos valores culturais nacionais, e aqui estou a pensar nas músicas e nas várias manifestações da nossa cultura.

Em relação a Anambó não tenho nada escrito de concreto, mas no quadro da Lei do Património, é um sítio histórico, e aqui foi dito que foi o local da chegada dos primeiros descobridores de São Tomé e Príncipe, de São Tomé, sobretudo. Acho que vamos ver o que poderemos fazer a esse nível, mesmo no quadro da comissão do património histórico e cultural, com o apoio, naturalmente, dos parceiros.

Há preocupações que se não formos capazes de resolver no quadro orçamental, veremos juntamente com os parceiros bilaterais.

Espero ter respondido a todos, todavia fico à disposição, caso haja mais preocupações.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, o Governo ainda tem 18 minutos e não sei...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, esses 18 minutos seriam partilhados em dois momentos, um para o Sr. Ministro da Juventude e Desporto, outro para o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro da Juventude, tem a palavra para a sua intervenção.

O Sr. **Ministro da Juventude e Desporto**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas Ministros, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de agradecer o carinho com que endereçam ao sector da Juventude.

Há algumas preocupações aqui dos Srs. Deputados, queria ser breve, vou responder às que tomei nota e estarei disponível, à semelhança dos outros Ministros, para dar mais explicações noutros momentos.

A Sra. Deputada Filomena Monteiro fez referência à questão dos números, tomei boa nota e gostaria de lhe dizer que os números não nos intimidam, são fasquias que nós estabelecemos como metas, se não estabelecermos metas vai ser muito difícil nós chegarmos onde queremos. E este não é um trabalho do Ministro, é um trabalho de uma equipa que está muito empenhada e que está a trabalhar. Há parceiros, há negociações para ver se nós conseguimos chegar aos resultados a que nos propomos.

O Sr. Deputado José Viegas sugeriu que nós fizéssemos um levantamento junto às Federações a fim de conhecermos a situação, as necessidades, para planearmos num horizonte de pelo menos seis anos e também que a verba alocada é insuficiente.

Eu gostaria de dizer que há uma dificuldade em trabalharmos com o tempo num horizonte de seis anos. Se nós estivermos a ver, a decisão que o Governo tomou de cancelar a realização dos jogos em 2014 foi muito contestada, e contestada dentro e fora do Ministério, ou seja, do sector da Juventude, e seria muito difícil convencer os parceiros agora de que vamos trabalhar numa perspectiva de 6 anos, porque daqui a seis anos seria muito difícil encontrar parceiros que estejam dispostos a colaborar connosco. Mas vamos trabalhar nesse sentido, vamos fazer um esforço. Já estamos a pensar em trabalhar para 2016 e vamos ver se estendemos um pouco mais, se calhar para 2018. A verba que está orçamentada é para preparação de atletas. Vamos começar a treinar atletas. Há um plano que já está concluído e feito pela Direcção Geral dos Desportos em articulação evidentemente com as federações, se bem que ainda há muito trabalho que se vai fazer junto às federações, mas há um plano e ele estima um número de atletas com que vamos trabalhar até 2014 e para aí em diante. Não vai ser só essa verba. Há uma verba também de apoio ao desporto nacional, que vai ser utilizada para custear essas despesas de formação e preparação de atletas.

Quanto a infra-estruturas, estamos a cuidar delas. Claro que até 2014 não teremos todas as infra-estruturas que precisamos, mas acreditamos que até 2016 poderemos ter.

Tomei boa nota do que a Sra. Deputada edite Salvaterra sugeriu, depois vamos trabalhar ao nível do Ministério com o Instituto da Juventude e veremos como articular essa sugestão.

Quanto ao Sr. Deputado Delfim Neves, que questiona sobre a situação do campo de Futebol Clube da Trindade, devo dizer que neste momento esta questão não só envolve o Ministério da Juventude. Podemos dizer que já é um caso de justiça e conforme a solicitação do Ministério, estamos a preparar os dossiers para enviarmos ao Ministério Público, para depois da sua decisão sabermos o que fazer com o espaço que custou dinheiro ao Estado e que foi dado um outro destino.

O Sr. Deputado Arlindo Barbosa sugere que o Governo encontre parcerias no sentido de construir um centro de prática de futebol salão em Generosa e Diogo Vaz. Devo informar que reunimos com a Câmara ultimamente, à solicitação de um parceiro, como forma de identificarmos, nas comunidades, alguns edifícios abandonados ou alguns espaços que pudéssemos reabilitar para a prática de desporto ou construção de centros de recreação e vamos ver, no âmbito disso, o que é que poderemos fazer para Diogo Vaz e Generosa.

O Sr. Deputados falou também da vedação do campo de Neves. Bem, quanto a isso, conforme disse, se calhar a empresa Rosema já está a dar uma mãozinha.

Sr. Deputado Albertino Bragança, temos uma verba de apoio ao desporto nacional e vamos, no âmbito dessa verba, penso que logo a seguir a esta discussão vamos tomar uma decisão com relação a esses atletas e, se calhar, poderemos laurear ou fazer um evento, ainda não posso dizer, mas vamos tomar uma decisão em relação a isso.

O Sr. Deputado Pires Neto falou também da questão do campo de futebol e assim acho que a resposta já foi dada e falou também de uma verba de que não tenho conhecimento e gostaria que me pudesse informar. Não temos conhecimento de terem sido pagos 750 milhões de dobras à empresa, segundo disse, do Sr. António Dolores. Eu gostaria que depois nos pudesse informar com mais detalhes a respeito disso.

Penso ter respondido as questões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano e Finanças.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Com sua permissão Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, a minha intervenção terá dois momentos. Num primeiro momento vou tentar, aqui na medida do possível, complementar e esclarecer alguns aspectos já aqui retratados e, numa segunda fase, fazer referência a alguns aspectos que entendo ser de extrema relevância e possam aqui possibilitar o nosso processo de avaliação do presente Orçamento Geral de Estado.

Começo por dizer que grande parte das questões aqui levantadas apontava para o reforço das verbas propostas. Confesso que ao longo desse período todo tenho estado a fazer uma reflexão sobre como fazer

essa reafecção. É um desafio muito grande, quando nós sabemos que tudo é prioritário. Confesso que não será de toda tarefa fácil, sobretudo quando aqui nalguns casos, a olho nu, verificamos que as verbas não são suficientes para conclusão dos projectos aqui elencados, mas temos que dar um sinal. É um sinal que precisamos dar à própria economia e aos nossos parceiros daquilo que entendemos como prioritário para que possamos encontrar e trilhar o caminho do desenvolvimento.

Uma questão de fundo e que é transversal, de carácter nacional, tem a ver com o enquadramento do pessoal. A nossa Administração Pública, quando falamos da reforma das finanças públicas, a questão do pessoal é um elemento que assume contornos extremamente complexos. Digo isso porque aqui foi falado de pessoas que estão na Administração há muitos anos e não estão enquadradas. É um levantamento que já está a ser levado a cabo. Nós não podemos ver apenas um determinado sector, afinal de contas o sector público e administrativo comporta diversos subsectores e é necessário fazer-se um levantamento exaustivo, consoante a especificidade sectorial e também a própria disponibilidade de recursos, para vermos exactamente como contornar ou pelo menos minimizar o efeito dos transtornos que o mesmo tem causado.

Foi aqui referida a questão do engajamento assumido em matéria de horas extraordinárias e subsídios na Região Autónoma do Príncipe, concretamente em matéria de educação, saúde e há também a componente do transporte de doentes. Tanto quanto sei, e daquilo que pude ver com os serviços, esses aspectos, ainda no âmbito deste Orçamento, está plasmado na transferência corrente que o Governo central faz para o governo regional, mas devo aqui assegurar à Sra. Deputada que será levado a cabo um levantamento exaustivo para que efectivamente se consiga apurar os contornos ou todos os constrangimentos que aí subsistem.

Bolsas de estudo. Foi aqui colocada a questão do porquê desse diferencial, essa discrepância. Existem duas explicações possíveis. A primeira é o facto de que um estudante, uma vez no exterior, o horizonte temporal para que conclua a formação é de, no mínimo, 3 anos, dependendo da área e por aí fora. E é uma questão que terá que ter um período de convergência natural. À medida que as pessoas forem terminando a formação, vai havendo uma convergência natural. Contudo, há um elemento aqui extremamente importante e que fizemos referência no projecto do orçamento, que são os atrasados. Nós fizemos aqui referência ao peso de atrasados com bolsa de estudo no exterior e assumimos isso como prioritário, como não podia deixar de ser, e, no âmbito da verba adstrita a bolsas de estudo exterior, tivemos que alojar todo esse montante e estamos já preparados para tão logo recebermos a não objecção da Assembleia, levarmos a cabo a materialização dessa transferência, para honrar e, de uma vez por todas, resolver o problema dos nossos estudantes que estão no exterior.

#### *Aplausos gerais.*

Relativamente aos sobreviventes do massacre de 1953 foi aqui feito referência e, na página 55, concretamente na rubrica «encargos gerais do Estado» está previsto 120 milhões de dobras para atender a essa situação. Entendemos que é um elemento que foi logo constatado e acolhemos aí no projecto de orçamento.

Património do Estado. Existe um trabalho que está em curso de inventariação de todo o património do Estado, medidas naturalmente terão que ser tomadas, sobretudo para tentarmos mudar um pouco o estado das coisas, porque precisamos tentarmos mudar um pouco o rosto da nossa capital. Foi aqui referenciado particularmente pelo Sr. Deputado Delfim Neves e tomámos muito boa nota e vamos ter que, necessariamente, adoptar algumas medidas e algumas delas serão de carácter transversal.

A estrutura salarial foi aqui também referenciada, o rendimento que efectivamente as pessoas auferem ao final do mês e depois a questão da reforma. Isso terá que ser um trabalho muito exaustivo que terá que ser levado a cabo, quer no âmbito do Ministério das Finanças quer também tendo em conta articulação com o Instituto da Segurança Social.

Sras. e Srs. Deputados há um elemento aqui que tem que ser tomado em consideração. Temos que diferenciar o salário e o rendimento. Muitas vezes existem componentes e nós sabemos outras componentes que concorrem para o rendimento, que não é salário que são variáveis e que vão depender um pouco daquilo que são disponibilidades circunstanciais do próprio Estado nalguns subsídios por aí fora. Se de uma forma em geral formos incorporando esses subsídios no salário de base teremos problemas no que concerne as nossas despesas correntes. E estaremos claramente a comprometer a título de exemplo o défice primário que é um engajamento que temos e como puderam aperceber-se levar mesmo até à exaustão o limite em torno dos 3% e não temos como alterar de um momento para outro essa situação sem que medidas de fundo sejam tomadas em matérias sobretudo de arrecadação de receitas correntes.

Foi aqui também feito referência a alguns troços de estradas, nomeadamente pelo Sr. Deputado Marçal Lima, estrada de Cabeça Cal a Palha.

O Sr. **Marçal Lima** (MLSTP/PSD): — Cerâmica a Palha.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — No orçamento está prevista uma verba de 8.9 mil milhões de dobras para reparação de pequenos troços de estradas. Tomamos boa nota disso. Nós podemos ver, em sintonia com o Ministério de Obras Públicas, como equacionar isto. Vamos ter que estabelecer algumas prioridades porque de facto as necessidades como já fez referência aqui são imensas.

Relativamente a verbas destinada à cultura, devo dizer que estão previstas, além daquelas verbas que já foram aqui referidas pelo meu colega Ministro da Educação, Cultura e Formação, existem algumas fatias também que estão alojadas no Ministério do Comércio, Indústria e Turismo. Estamos a falar da página 3 do Programa de Investimento Público. Temos aqui a requalificação de sítios de interesses turísticos e estão previstas 1 630 milhões de dobras. Temos promoção de animação turística com 490 milhões de dobras; temos apoio e capacitação de grupos culturais 500 milhões de dobras.

A Cultura terá que andar, necessariamente, e é consensual assumirmos isso, de mãos dadas com o Turismo, porque vemos o Turismo nessa fase como a nossa plataforma para relançamento rumo a desenvolvimento e existe essa articulação, claro, sem perder de vista o próprio poder local.

No caso específico de Anambó, a própria autarquia, em articulação com o Ministério da Educação Cultura e Formação e mesmo o Ministério de Comércio, Indústria e Turismo, poderemos, acredito, criar uma sinergia que possa potenciar a utilização e o impacto que aquela área tem para a economia nacional.

Posto isso, Sr. Presidente, passaria à segunda parte da minha intervenção para, no cômputo geral, tentar aqui estruturar e resumir um pouco todo esse exercício que andamos aqui a fazer, dizendo às Sras. e Srs. Deputados que os desafios da nossa economia são imensos e temos a plena consciência disso, mas é consensual que dois grandes eixos precisam rapidamente e que mereceram particular atenção no âmbito desse projecto de Orçamento, que tem a ver com a infra-estruturação do País e a melhoria social, nomeadamente no âmbito da saúde, educação e, conseqüentemente, criação de emprego.

Também não podemos perder de vista que só o Governo não estará nem está em condições de levar a cabo este exercício e isso passa, necessariamente, por termos um sector privado forte e organizado e também uma melhoria do clima de negócio ao nível interno. Algumas acções já estão em curso, visando precisamente esse objectivo e, deste modo, conseguirmos incrementar os actuais níveis de atracção de investimento directo do estrangeiro.

Naturalmente que no âmbito do sector público administrativo o rigor e a própria dinâmica que deve ser adoptada, nomeadamente no âmbito da cabimentação orçamental, implementação de regras com rigor, disciplina financeira, evitarmos algumas despesas que não são engajadas ou aquelas que são menos prioritárias, comparativamente a outras, estaremos em condições de preparar o País para trilharmos o caminho de desenvolvimento. Naturalmente que o sistema financeiro tem um papel aqui fundamental. O sistema financeiro terá que ser organizado, forte e participativo e que haja uma concorrência que seja saudável em prol do próprio desenvolvimento.

Nós aqui abordamos algumas verbas que estão alojadas no Ministério do Plano e Finanças para o apoio ao empreendedorismo, a capacitação do pessoal, entre outras. Isso tudo tem que passar, claro está, pelo sistema financeiro, mas não nas taxas que actualmente são praticáveis. Vamos tentar e isso será feito numa coordenação, com uma equipa multi-sectorial, em que vários sectores serão chamados e a própria associação dos bancos será também um parceiro nessa matéria, no sentido de vermos como minimizar os transtornos associados à corrida às instituições financeiras para obtenção de recursos para financiar pequenos projectos, entre outros elementos.

Acredito sinceramente que este OGE constitui um orçamento que é possível levar-se a cabo para o presente exercício, sem perder de vista a premente necessidade de se mudar toda a transferência e o rigor na sua efectiva implementação.

Eis o que posso dizer.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, relativamente ao tempo, esgotamos todo, quer dos grupos parlamentares quer do Governo. Tendo em conta que alguns colegas estavam inscritos e não fizeram o uso da palavra, iria propor, caso estejam de acordo, que déssemos a cada um dos Srs. Deputados que estão inscritos 2 minutos, caso as suas questões continuem a ter validade.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, em relação a esta proposta.

O Sr. **José Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu compreendo a preocupação dos Srs. Deputados em ver contemplado no Orçamento aquilo que sugeriram que fosse feito, mas dado ao avançar do tempo, sugeria que fechássemos essa parte e avançássemos para a aprovação das propostas de lei. No entanto, não sei quantas pessoas é que estão inscritas. Em vez de darmos 2 minutos a cada um dos Deputados, daríamos 2 minutos a cada Grupo Parlamentar.

*Risos gerais.*

Ou então não haverá intervenção nenhuma. Então nós avançaremos para essa parte final. É só para chamar atenção à Mesa que há algumas propostas, antes do encerramento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, depois de termos ouvido o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros de Governo, sobretudo o resumo que fez o Sr. Ministro das Finanças, penso que mais argumentos, mais intervenções, não iria alterar quase nada. No entanto, se existem propostas concretas de alteração, ok, estarei de acordo, mas se for só para intervir, não faz qualquer sentido.

O Sr. **Presidente**: — Pode ser pedido de esclarecimento.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Pedido de esclarecimento, mas do que o que já foi feito? Não sei!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Rita.

O Sr. **Francisco Rita** (PCD): — É muito breve a pergunta que vou fazer e está relacionada com aquilo que foi dito pelo Sr. Ministro das Finanças. Eu tenho uma dúvida com relação à utilização dessas facilidades. Quer dizer, normalmente, em muitos países, o que acontece é que há determinados negócios que são patrimónios do país, as vendas e compra de produtos, para manter uma possibilidade para o país, para os comerciantes, etc. e não permitir que algumas vendas que têm sido normalmente dos são-tomenses sejam quase que negadas. É isso que se tem que proteger.

É isso que queria dizer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Fernandes.

O Sr. **Dionísio Fernandes** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, a minha preocupação é concernente à delegação da educação de Caué. Portanto, temos aqui na página 32-55 um valor de Dbs. 787 231 946 88. Normalmente, essa verba é transferida pela DAF do Ministério para gestão da delegação de Caué, para o funcionamento das escolas. A minha preocupação é que nós temos um problema muito sério. Tive vários encontros com o Presidente da Câmara de Caué, que é um médico, e isso era a preocupação que quis levantar há muito tempo aqui, mas não tive acesso a palavra.

A escola primária, que toda gente conhece, é a maior escola primária da cidade de Angolares, que foi feita ainda quando eu não tinha nascido e fui estudar lá quando tinha 7 anos. Aquela escola é antiga e tem cento e tal anos. As crianças estão lá a estudar e neste momento correm o perigo, porque a qualquer momento pode desabar. Daí que analisei, tanto nas GOP como no OGE, e não vi nada sobre a reabilitação daquela escola. Isso me preocupa e quero ter um esclarecimento sobre este assunto.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, depois do último esclarecimento do Sr. Ministro das Finanças, julgo que não podemos querer encaixar no Orçamento para um ano todas as preocupações que temos no País. São inúmeras preocupações e este Orçamento é para 2013. Não vai resolver todos os problemas que temos neste país.

Esgotadas as intervenções, vamos passar à aprovação, na especialidade, em primeiro lugar, da proposta de lei sobre as GOP.

Srs. Deputados, vamos iniciar a votação na especialidade e ter que votar os artigos que submeto. Quero chamar atenção das Sras. e Srs. Deputados que é na aprovação destas leis que pode haver, na especialidade, propostas de alteração. Se houver alguém que tiver propostas de alteração, que esteja atento, porque a partir do momento que aprovarmos os artigos, não voltaremos atrás.

Estamos a votar o preâmbulo das GOP.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*

Artigo 1.º, «Objecto».

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*

Artigo 2.º, «Enquadramento Estratégico».

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*

Artigo 3.º, «Grandes Opções de Plano, Epígrafe».

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*

Artigos 4.º e 5.º.

*Submetidos à votação, foram aprovados com 29 votos a favor.*

Portanto, Srs. Deputados, está aprovada a proposta de lei que aprova as GOP, com 29 votos a favor, na especialidade.

Passemos agora à votação, também na especialidade, da proposta de lei que aprova o OGE. Vamos votar o preâmbulo.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*

*Entretanto foi aprovado o artigo 1.º.*

Artigo 1.º.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*

Artigo 2.º, «Da estimativa de receita mais financiamento».  
Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Viegas, para uma intervenção.

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, na alínea c) deste artigo, «financiamento estimado em (...)», precisa-se de introduzir aí «financiamento líquido de amortização».  
É só essa alteração.

O Sr. **Presidente**: — Todo o resto mantém, Sra. Deputada?

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sim, sim.

O Sr. **Presidente**: — Qual é a reacção do Governo?  
Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças, para responder.

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Sr. Presidente, efectivamente essa recomendação já foi incluída na proposta de alteração do texto.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar então à votação deste artigo, com a proposta apresentada pela Sra. Deputada Ângela Viegas.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*

*Entretanto, foram aprovados os artigos 3.º e 4.º.*

Artigo 5.º.  
Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Viegas, para uma intervenção.

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o artigo 5.º, «comparticipação do Estado nos lucros e nas empresas estatais (...)», acrescentar «e participadas».

De igual modo, no início do texto, «o montante da participação do texto nos lucros líquidos das empresas públicas (...)», «e participadas».

O Sr. **Presidente**: — É uma questão que a redacção pode depois melhorar.

*Murmúrios do Sr. Deputado Albertino Bragança.*

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Posso explicar que há empresas que são públicas, são estas que o Estado detém todo o capital, depois há outras, como a CST, onde só temos uma participação. É esse o sentido.

O Sr. **Presidente**: — O sentido está entendido. O que Sr. Deputado levanta é a questão da melhoria do texto.  
Portanto, vamos votar este artigo.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*  
*Entretanto foram aprovados os artigos 6.º, 7.º, 8.º e 9.º.*

Artigo 10.º.  
Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Viegas, para uma intervenção.

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — No ponto 2 deste artigo, «se o beneficiado credor tiver dívida perante o Estado, certificada pela autoridade tributária, poderá o serviço exigir a liquidação (...)», e não «quitação». Esta palavra não é muito usada no nosso vocabulário.

O Sr. **Presidente**: — Há alguma objecção do Governo?

O Sr. **Ministro do Plano e Finanças**: — Concordamos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O Governo está de acordo.  
Srs. Deputados, vamos votar o artigo 10.º.

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*

*Entretanto, foram aprovados os artigos 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 17.º, 18.º e 19.º.*

Artigo 20.º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ângela Viegas, para uma intervenção.

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, tenho uma proposta de introdução de um novo artigo 20.º, que se intitularia «disposições gerais».

Ponto 1, «Fica o Governo autorizado a legislar, no sentido de reduzir as taxas aduaneiras relativas à importação da madeira, com vista à protecção do ambiente». Isso advém das discussões que tivemos cá, acho que consensuais, sobre a necessidade de protecção do ambiente e, considerando que a pauta aduaneira deve ser alterada, tendo em conta os procedimentos que lá estão, porque não podemos cá dizer só uma taxa para um determinado fim, é preciso que os técnicos olhem devidamente. O Governo faria isso num decreto-lei, considerando isso como uma autorização legislativa para o efeito.

O Sr. **Presidente**: — Qual é a reacção do Governo quanto a esta proposta?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, a proposta da Sra. Deputada é uma proposta que vai no sentido das intervenções havidas aqui sobre a preocupação que o Governo tem de poder dar satisfação às preocupações ambientais, mas estávamos a pensar, efectivamente, numa autorização legislativa mais abrangente...

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos ouvir o Sr. Primeiro-Ministro.  
Se faz favor, Sr. Primeiro-Ministro, pode continuar.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não temos qualquer objecção, mas estamos a pensar, nesta matéria, numa autorização legislativa mais abrangente.

O Sr. **Presidente**: — Mais abrangente, no sentido de que não fique restrita a questões atinentes a taxas aduaneiras?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Exacto. Porque a proposta, tal como foi formulada, limita a acção do Governo e era necessário irmos um pouco mais longe.

O Sr. **Presidente**: — Sra. Deputada, as outras propostas que tem vai no mesmo sentido?

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Não, são outras questões.

O Sr. **Presidente**: — Não poderíamos, eventualmente com um artigo, dar resposta à preocupação genérica que tem o Governo, ficando já prescindida a nova autorização legislativa? O Sr. Primeiro-Ministro não tem, porventura, uma redacção que pudesse abranger as preocupações que o Governo tem?

*Murmúrios e protestos.*

Meus senhores, estamos a aprovar o Orçamento e, se incluirmos isso, respondendo à preocupação do Governo, fica já resolvida a questão. É que estamos no período de férias legislativas e o Governo pode ter necessidades.

Sr. Primeiro-Ministro, isso não satisfaz?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não satisfaz cabalmente. Estamos interessados numa autorização legislativa e, caso Vossas Excelências entenderem que isso não é possível, estamos perfeitamente abertos para um texto que seja mais abrangente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, vamos fazer o seguinte: fica para este aspecto específico...

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu gostaria que pensássemos em colocar cada coisa no seu devido tempo. Agora estamos a aprovar o OGE, o Governo vai apresentar um pedido de autorização legislativa e quando apresentar nos debruçaremos sobre isso. Não podemos estar a forçar o Governo. O Governo disse que vai apresentar, esperemos que apresente.

O Sr. **Presidente**: — Não se trata de forçar o Governo, Sr. Deputado. Estamos a tentar utilizar aquilo que em francês se diz: «*chevalier budgétaire*». É encontrar uma solução...



*Murmúrios e protestos.*

Está bem, mas o Orçamento pode ajudar a resolver muitos problemas que outras normas não resolvem. O Orçamento só não pode alterar a Constituição. Mas, pronto, não faço questão sobre isso.

Sra. Deputada, podemos suprimir a sua proposta?

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, não faço questão nenhuma, simplesmente decorre das discussões que tivemos e falamos, todos concordamos, mas não ficou plasmado. Então, a intenção era somente deixar plasmado.

O Sr. **Presidente**: — Atendendo a manifestação do Governo de ter uma autorização legislativa mais abrangente, dou a palavra à Sra. Deputada, para apresentar uma nova proposta, um novo artigo 20.º.

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — A outra seria, «Fica o Governo autorizado alterar o artigo 67.º da Lei n.º 1/90, passando a ter a seguinte redacção (...)».

O Sr. **Presidente**: — Lei n.º 1/90?

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Lei da Segurança Social. Isso também advém das preocupações levantadas pelas Sras. e Srs. Deputados durante as discussões aqui, mais concretamente nas áreas da Saúde e da Educação, onde os problemas são mais prementes nesse domínio. Portanto, o artigo 67.º «Condição de atribuição. 1. Condições de atribuição de pensões de velhice».

A alínea a) deste artigo diz: «Verificação de um prazo de garantia de 120 meses com registo de remunerações».

Alínea b) «Terem os beneficiados, atingido a idade de 57 anos ou 62, conforme sejam, respectivamente, do sexo feminino ou masculino (...)».

A minha proposta de redacção, considerando que há uma leitura dúbia deste assunto, alguns dizem que a Lei pode ou não, para que esteja clarificada, seria a seguinte: a alínea a) mantém-se; a alínea b) fica: «Terem os beneficiários atingido a idade de 62 anos (...)»; alínea c), «Os beneficiários do sexo feminino podem, opcionalmente, ser beneficiados aos 57 anos».

Esta é a minha proposta.

*Murmúrios gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, não estamos habituados a algumas práticas e podemos estar a estranhar isso. Por exemplo, quando temos o Governo a fazer novas propostas e pedidos de autorização legislação que tem implicação orçamental pode, eventualmente, alterar particularmente as receitas e o Orçamento esteja já aprovado. Por isso é que está vedado a nós, enquanto Deputados, termos iniciativas que possam implicar alteração, sobretudo do teto do orçamento concernente, a realização de despesas sem a concordância do Governo. Portanto, o Deputado não pode ter essa iniciativa e é na sede da discussão do Orçamento que podemos, conjuntamente com o Governo, ter essas iniciativas. É aqui e não fora daqui.

*Murmúrios.*

Não, o que estou a dizer é que fora deste quadro de discussão do Orçamento não podemos ter iniciativas que proponham a alteração do Orçamento. De qualquer forma, gostaria de saber do Governo se a proposta que a Sra. Deputada Ângela Viegas faz, concernente a opção das senhoras, ao atingirem a idade de reforma, de poderem conviver com os 57 anos, ou ir para além disso, se essa proposta é ou não aceite.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, por lapso meu, durante a minha intervenção, não abordei essa questão, relativamente a interpretação que faz o Governo dessa disposição, face ao imperativo constitucional. O Governo, no último Conselho de Ministros, fez uma interpretação administrativa desta norma, que vai no sentido de dizer que toda a norma que prevê uma situação de discriminação da mulher em relação ao homem é havida como inconstitucional, uma inconstitucionalidade superveniente.

*Aplausos.*

Porquê? Porque a questão que se nos coloca é que, prevendo a nossa Constituição, no «Princípio de igualdade e de equidade do género», não pode nenhuma norma, seja ela anterior ou posterior a Constituição, atentar contra este princípio constitucional. Se há uma disposição anterior à revisão constitucional de 2003 e que introduz uma discriminação da mulher em relação ao homem, essa norma deve ser interpretada como sendo uma norma que contraria a Constituição.

Pelo que percebo a preocupação da Sra. Deputada Ângela Viegas, mas a Assembleia pode. Portanto, o Governo fez essa interpretação administrativa desta norma para dizer que ela não se aplica. Por isso é que torno a dizer que

as senhoras não vão para a reforma com a idade de 57 anos, obrigatoriamente. Só pode ser interpretada como uma faculdade, isto é, tendo em conta a situação de maternidade, elas podem optar e só pode ser esse o sentido útil da introdução desta norma, que as mulheres do nosso país possam, caso desejarem, ir para a reforma aos 57 anos. Se não, ninguém pode obrigá-las, face ao imperativo constitucional vigente.

*Aplausos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Para dizer que talvez esta é uma questão que, neste Orçamento, poderia não ter o efeito desejado, não obstante a interpretação feita pelo Governo, porque o Orçamento é para 1 ano, ou seja, até dia 31 de Dezembro.

A Sra. **Ângela Viegas** (MLSTP/PSD): — Para dizer que «está autorizado a legislar (...)».

O Sr. **Presidente**: — Está bem. A Sra. Deputada tem mais propostas? De acordo com a interpretação feita pelo Governo, desnecessária se torna?

*Afirmou, acenando com a cabeça.*

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de introduzir, no capítulo apropriado, um novo artigo com o seguinte teor...

O Sr. **Presidente**: — Estamos no artigo 20.º, um novo 20.º?

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Sim.

«O disposto no artigo 28.º, do decreto-lei n.º 27/2005, de 5 de Dezembro, aplica-se quando o montante das receitas programadas for cumprido e é calculada na base da diferença entre o programado e o efectivamente realizado».

O Sr. **Presidente**: — Está-se a referir a que norma?

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Portanto, está aqui o disposto no artigo 28.º deste decreto-lei.

O Sr. **Presidente**: — Mas este decreto diz respeito a quê?

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Decreto das Finanças Públicas.

*Murmúrios e protestos.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, ao propor alguma coisa tem que ser suficientemente claro para que os Srs. Deputados possam votar em consciência.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Houve uma grande preocupação aqui quanto à fiscalização e até falei que devemos premiar as pessoas que trabalham correctamente e divulgar a lista das pessoas que trabalham mal. Esta é uma forma de premiarmos as pessoas que efectivamente trabalham. Se as pessoas, por exemplo, subcumpirem o estipulado pelo Estado...

O Sr. **Presidente**: — Mas só uma questão Sr. Deputado. O Sr. Deputado está a referir-se à alteração de um decreto. A que decreto se refere?

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Se os senhores quiserem mais pormenores...

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Deputado, estamos a tratar da proposta de lei do OGE e o Sr. Deputado, ao propor uma questão em concreto, tem que nos dizer...

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — «Alteração das Finanças Públicas». Por favor, peça aos serviços para consultarem o artigo 28.º do decreto-lei n.º 27/2005.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, o que é que diz esse decreto-lei? Leia-o se faz favor.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Não tenho o texto aqui...

*Murmúrios e risos.*

O Sr. **Presidente**: — Se não tem, não podemos estar a votar às cegas.

O Sr. **António Ramos** (MLSTP/PSD): — Mas o problema que se põe é que há uma duplicidade das pessoas nas finanças públicas...

*Murmúrios e protestos gerais.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, não estou em condições de submeter essa proposta à votação, porque eu é que estou a presidir a sessão e não entendo o alcance da mesma. O Sr. Deputado não foi suficientemente claro, não consegue dar-nos a conhecer o texto do decreto que quer alterar e daí que acho que não devemos votar essa proposta de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Amado, para uma intervenção.

O Sr. **Jorge Amado** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, qualquer proposta de alteração que está a ser colocada aqui neste momento, em que estamos a votar esta proposta de lei, deve ser colocada no momento próprio, para que dê possibilidade para que se analise cabalmente as coisas. Não podemos estar aqui a fazer as coisas sobre o joelho. Temos espaço para tudo.

Hoje estamos a aprovar esta proposta de lei do OGE e qualquer alteração que se está a propor aqui não faz parte. Dar autorização ao Governo para legislar, pode-se fazer isso depois de as coisas estarem devidamente estudadas. Temos que reflectir sobre o que a Assembleia tem que trabalhar. Queremos esgotar tudo hoje para não virmos mais trabalhar amanhã? Como é? Temos que trabalhar, há matéria para se trabalhar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Jorge Amado, o entendimento que devemos ter é que na discussão do Orçamento podemos propor alteração de algumas normas. Agora, não estando elas suficientemente estudadas, não devemos votar às cegas. Estamos de acordo consigo, mas no quadro do Orçamento, podemos fazer alterações julgadas pertinentes, devidamente estudadas, para permitir que o Orçamento seja executado e que o Governo tenha os instrumentos necessários para aplicar o Programa e as políticas eleitas.

Tendo em conta que a proposta não é suficientemente clara, não vamos submetê-la à votação e vamos passar adiante, a não ser que haja questões de extrema importância.

Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança, para uma intervenção.

O Sr. **Albertino Bragança** (PCD): — Sr. Presidente, era para concordar com o Sr. Deputado Jorge Amado, na medida em que quando vamos alterar uma lei temos que a alterara no seu conjunto e enquadrado no seu contexto. Não podemos tirar parte da lei. Por exemplo, dizer que «as mulheres podem opcionalmente (...)».

*Protestos da Sra. Deputada Ângela Viegas.*

Quer dizer, há uma lei e essa é uma parte dela. Na medida que estou de acordo que depois podemos apreciá-la no seu conjunto e fazer a alteração.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves, para uma intervenção.  
Estamos a votar o artigo.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Presidente, vou tentar ajudar.

A proposta que o Sr. Deputado António Ramos propõe tem a ver com os subsídios, ou, digamos, os privilégios que alguns funcionários da Direcção dos Impostos têm quando cobram os impostos, que são 3%, e no orçamento do anterior se propunha a revogação deste artigo. O que o Sr. Deputado António propõe é que não se revogue, mas esse direito só será concedido quando conseguirem recuperar a dívida dos impostos com algum excedente, digamos, as multas e os juros.

Na dívida como tal não pode ser deduzido os 3% para premiar as pessoas que foram fazer essa cobrança, porque eles estão lá para isso, para cobrar os impostos. Agora, quando são dívidas que foram cobradas de forma coerciva, portanto, que é acrescida de juros e multas, dessa parte é que eles terão os 3%.

Contrariamente ao que se diz o meu colega, pode-se alterar um artigo de uma lei. Agora, é preciso ser concreto e não sei se o texto proposto é concreto. A questão é esta: o que diz o artigo 28.º do decreto-lei n.º 27/20050, de 5 de Dezembro é exactamente isto? Portanto, se tiver uma proposta concreta, posso fazer.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, esta questão, porque os Srs. Deputados têm o poder de iniciativa legislativa, recomendo que a estudem melhor e tenham iniciativa neste domínio, porque não afecta a estrutura orçamental.

*Protestos do Sr. Deputado António Ramos.*

O problema é que a questão não está devidamente apreendida e, não estando, não vamos votar. Srs. Deputados, há mais alguma proposta de alteração?

*Negaram, acenando com a cabeça.*

Não havendo, vamos votar o antigo artigo 20.º, «entrada em vigor».

*Submetido à votação, foi aprovado com 29 votos a favor.*

Vamos passar à última fase, a votação final global.

Antes de entrarmos a votação, diz o Regimento que cada Grupo Parlamentar pode produzir uma declaração de voto oral num tempo não superior a 3 minutos. Daí que gostaria de perguntar aos líderes parlamentares se têm alguma declaração de voto a fazer.

*Negaram, acenado com a cabeça.*

Não sendo o caso, vamos aprovar as GOP em votação final global.

*Submetido à votação foi aprovada com 29 votos a favor.*

Vamos agora votar a proposta que aprova o OGE.

*Submetido à votação, foi aprovada com 29 votos a favor.*

Posto isso, declaro aprovadas as GOP e o OGE, com 29 votos a favor.

*Aplausos gerais.*

Srs. Deputados, terminamos assim a análise, discussão e aprovação do OGE e das GOP.

Quero, em meu nome pessoal, agradecer as Sras. e os Srs. Deputados e também o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco.

Gostaria de recordar-vos que voltaremos cá amanhã para um debate de urgência sobre a situação da Saúde. Declaro encerrada a sessão.

*Eram 14 horas e 55 minutos.*

*Faltaram à sessão os Srs. Deputados do ADI.*

**Adérito** de Oliveira Bonfim dos **Ramos**

**Adilson** Cabral **Managem**

**Alexandre** da Conceição **Guadalupe**

**André** Varela **Ramos**

**Bilaine** Carvalho Viegas de **Ceita**

**Carlos** Manuel Cassandra **Correia**

**Carlos** Alberto Pires **Pinheiro**

**Cecílio** Quaresma da Graça Sacramento

**Celmira** Almeida do **Sacramento**

**Domingos** José da Trindade **Boa Morte**

**Domitília** Portulêz **Trovoada** da Costa

**Flávio** Pires Mascarenhas **dos Ramos**

**Hélder** **Paquete** Lima

**Heliodoro** Pires **Quaresma**

**Idalécio** Augusto **Quaresma**

**Isabel** Mayza Jesus da Graça **Domingos**

**José da Graça** **Diogo**

**José António** do Sacramento **Miguel**

**José Manuel** M. **Costa Alegre**

**Levy** do Espírito Santo **Nazaré**

**Manuel** da Graça José **Narciso**

**Mário** **Fernando**

**Martinho** da Trindade **Domingos**

**Octávio** Costa de Boa Morte **Fernandes**

**Paulo** Jorge de **Carvalho**

**Roberto Patrício das Neves Lombá**